



PRIME

Participatory and Intersectional
Monitoring and Evaluation Hub

AVALIAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL:

Um Guia para o Fortalecimento
da Gestão Democrática

Marília Firmiano
Pedro Allemand
Gabriel Póvoas
Raíssa Caliano
Lara Mallet
Isabel Rocha de Siqueira



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS

AUTORES

MARÍLIA FIRMIANO;
GABRIEL PÓVOAS;
RAÍSSA CALIANO;
LARA MALLET;
ISABEL ROCHA DE SIQUEIRA

REVISÃO E DESIGN

GABRIEL PÓVOAS
PEDRO ALLEMAND

FICHA CATALOGRÁFICA

BPC PAPERS V.12 N. 10 - OUTUBRO/2025.
RIO DE JANEIRO. PUC. BRICS POLICY CENTER
ISSN: 2357-7681
72P ; 29,7 CM

1. AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA
2. AVALIAÇÃO
3. STAKEHOLDERS
4. ATORES

Sobre o BRICS Policy Center:

O BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisas BRICS (BPC), think thank vinculado ao Instituto de Relações Internacionais da PUC-Rio (IRI/PUC-Rio), é um centro de reflexão independente, não partidário e sem fins lucrativos na cidade do Rio de Janeiro.

O BPC tem como missão contribuir para o avanço de uma agenda de desenvolvimento, ampliação de direitos e promoção da igualdade nos países do sul global, por meio da produção de conhecimento crítico e relevante para o debate público acerca das transformações em curso no sistema internacional e seus desdobramentos nos planos local, nacional e regional.

As opiniões aqui expressas são de inteira responsabilidade do(a)s autor (a) (es) (as), não refletindo, necessariamente, a posição das instituições envolvidas

BRICS Policy Center

Centro de Estudos e Pesquisas BRICS

Casas Casadas, 3º andar, Rua das Laranjeiras 307,
Laranjeiras, Rio de Janeiro, RJ, Brasil. CEP 22240-004

e-mail: bpc@bricspolicycenter.org

bricspolicycenter.org

Equipe BPC:

Diretora do Instituto de Relações Internacionais
Isabel Rocha de Siqueira

Diretora do BRICS Policy Center
Marta Fernández

Diretora Adjunta do BRICS Policy Center
Maria Elena Rodriguez

Coordenadora Administrativa
Lia Frota e Lopes

Gerente de Projetos
Clara Costa

Assistente de Projetos
Luana Freitas

Comunicação
Isabelle Bernardes

Agradecimento:

INDEPENDENT EVALUATION OFFICE (IEO)/
NEW DEVELOPMENT BANK (NDB)



PUC
RIO



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS



PRIME
Participatory and International
Monitoring and Evaluation Hub

AVALIAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL:

Um Guia para o Fortalecimento da Gestão Democrática

Esta publicação, elaborada pelo Prime HUB do BRICS Policy Center (PUC-Rio) destaca a participação social como crucial para a eficácia e legitimidade das políticas públicas. O documento diferencia "Avaliação com Participação Social" (informativa) de "Avaliação Participativa Ativa" (codecisória e empoderadora).

O relatório detalha um panorama de sete abordagens participativas: Warm Calling (engajamento inicial), Participatory Rural Appraisal (PRA) (diagnóstico comunitário), Empowerment Evaluation (EE) (capacitação interna), Cartografia Participativa (mapeamento coletivo), Mapeamento de Conceitos (organização de ideias), Análise de Dados e Interpretação Participativa (cocriação de sentido) e Arte e Fotonovelas (comunicação acessível). Em complementariedade recomenda a adoção de salvaguardas éticas (como consentimento informado, proteção de dados e inclusão) e uma governança da avaliação robusta, articulando as dimensões "planejar, fazer e usar" para garantir transparência e corresponsabilidade. Tais práticas corroboram para resultados relevantes no fortalecimento da democracia, a ampliação da legitimidade das ações, a promoção da inclusão social, o empoderamento dos atores e a geração de soluções mais contextualizadas e sustentáveis.

SUMÁRIO

1. Introdução
2. Avaliação e Participação Social
 - 2.1. Critérios de Seleção e Uso das Abordagens Participativas
 - 2.2. Salvaguardas, Riscos e Limitações
3. Panorama de Abordagens Participativas
 - 3.1. Warm Calling
 - 3.1.1. Metodologia
 - 3.1.2. Estudo de caso
 - 3.2. Participatory Rural Appraisal (PRA)
 - 3.2.1. Metodologia
 - 3.2.3. Estudo de caso
 - 3.3. Empowerment Evaluation (EE)
 - 3.3.1. Metodologia
 - 3.3.2. Estudo de caso
 - 3.4. Cartografia Participativa
 - 3.4.1. Metodologia
 - 3.4.2. Estudo de caso
 - 3.5. Mapeamento de Conceitos

3.5.1. Metodologia

3.5.2. Estudo de caso

3.6. Análise de Dados e Interpretação Participativa

3.6.1. Metodologia

3.6.2 Estudo de caso

3.7. Arte e Fotonovelas

3.7.1. Metodologia

3.7.2. Estudo de caso

4. Gestão e Governança da Avaliação

5. Referências

1. INTRODUÇÃO

O tema da participação social conquistou espaço nos debates da agenda de desenvolvimento mundial. Como destacam Rocha de Siqueira et al. (2025), o relatório “A Década de Desenvolvimento das Nações Unidas: Proposta de Ação”, publicado em 1962, marca o início dessa inflexão ao reconhecer a participação social como elemento essencial para o avanço da agenda de desenvolvimento das Nações.

Após cinco décadas de avanços graduais, a Agenda 2030, lançada em 2015, consolida esse entendimento ao colocar a participação social no centro das estratégias para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O documento enfatiza que governos, sociedade civil, setor privado e comunidades precisam atuar de forma conjunta, em processos abertos e inclusivos. Assim, a participação social deixa de ser apenas uma recomendação e passa a ser reconhecida como condição indispensável para que as soluções de desenvolvimento sejam efetivas e sustentáveis.

Atuar de forma conjunta — governos, sociedade civil, setor privado e comunidades — requer envolver a participação social em diferentes etapas do ciclo de políticas públicas, ou seja, incorporá-la tanto na formulação de políticas, programas e projetos quanto nos processos de avaliação, em que cidadãos e comunidades podem por exemplo contribuir para analisar o desenho e resultados, propondo ajustes dessas intervenções.

A adoção de processos participativos tanto na fase de planejamento quanto na de avaliação de políticas públicas promove cidadania ativa e inclusão social. Quando governos e comunidades compartilham espaços de decisão e reflexão, os cidadãos deixam de ser apenas receptores de serviços e tornam-se protagonistas na definição de prioridades, estratégias e na análise de resultados. Esse envolvimento contribui para ampliar a legitimidade das políticas, fortalece a democracia e favorece a inclusão de grupos historicamente marginalizados, ao abrir canais para que diferentes vozes sejam ouvidas. Como destaca Menéndez et al. (2021), a participação não é apenas um instrumento técnico de gestão, mas um processo formativo que gera empoderamento, confiança mútua e capacidade coletiva de enfrentar problemas comuns, transformando políticas públicas em práticas mais justas, eficazes e socialmente enraizadas.

O ciclo da política pública, entendido como o processo que abrange a formulação, implementação, monitoramento e avaliação de programas e ações governamentais, constitui o espaço privilegiado para a inserção da participação social. Cada uma dessas etapas abre possibilidades distintas de interação entre Estado e sociedade: na formulação, a participação contribui para identificar problemas, prioridades e alternativas de solução; na implementação, fortalece o acompanhamento social e a corresponsabilidade; no monitoramento e na avaliação, permite analisar resultados, corrigir rumos e ampliar a aprendizagem institucional.

Dessa forma, incorporar a participação social ao longo de todo o ciclo não apenas amplia a legitimidade das decisões e a transparência, mas também promove um processo contínuo de inclusão e cidadania ativa, em que diferentes atores se tornam corresponsáveis pela construção de políticas públicas mais eficazes e socialmente enraizadas.

Segundo Menéndez et al. (2021), a participação social pode se fazer presente sob diferentes graus de envolvimento. No nível informativo, existe a transparência pública, ou seja, há a disponibilização de dados e prestação de contas, permitindo que a população tenha conhecimento, mas sem espaço efetivo de influência. No nível consultivo, abrem-se canais para ouvir opiniões, sugestões e demandas da sociedade, por meio de consultas, audiências ou questionários, estabelecendo uma comunicação bidirecional, ainda que não decisória. Já no nível participação ativa ou co-decisório, a participação acontece de maneira mais profunda, dividindo responsabilidades com os poderes públicos na definição de prioridades, formulação de propostas e até no acompanhamento e avaliação das intervenções. Esses diferentes graus de participação indicam que não basta abrir espaços formais, mas é preciso ampliar progressivamente as condições para que a população tenha voz ativa e influência real nos rumos das políticas, fortalecendo assim a legitimidade democrática.

Para decidir qual nível de envolvimento da participação social será adotado e em qual etapa do ciclo de uma política pública, é fundamental refletir previamente sobre os objetivos e a justificativa que orientam esse processo. Definir se a participação terá caráter meramente informativo, consultivo ou codecisório depende da intenção que a administração pública busca alcançar: ampliar a transparência, coletar percepções e demandas sociais ou compartilhar de fato a tomada de decisões.

Essa definição inicial não apenas orienta a escolha do modelo participativo mais adequado, mas também permite alinhar expectativas, identificar recursos disponíveis e garantir coerência entre os fins pretendidos e os meios mobilizados.

Conforme destaca o MIDEPLAN (2019), a participação deve ser compreendida como um princípio de gestão pública democrática que atravessa todas as etapas da avaliação — planejar, fazer e usar. Tal perspectiva reforça que o envolvimento social não se restringe a momentos pontuais, mas constitui um ciclo contínuo de reflexão, ação e aprendizagem.

Nessa mesma direção, Aubel (2000) entende a avaliação participativa como um processo de aprendizagem organizacional, em que os atores envolvidos passam a ser protagonistas da coleta, análise e uso das informações. A participação, portanto, é simultaneamente meio e fim: instrumento técnico de gestão e prática de empoderamento social. Essa visão dialoga com o propósito deste guia, que busca consolidar abordagens metodológicas capazes de fortalecer capacidades individuais e coletivas em processos de M&A.

A relação entre avaliação e participação social é crucial para fortalecer a transparência, corresponsabilidade e efetividade das políticas públicas. Vai além do técnico; é um processo democrático que valoriza diversos saberes e inclui múltiplos atores na análise crítica. Ao criar diálogo e corresponsabilidade, essa abordagem aumenta a legitimidade das ações, gera aprendizado coletivo e garante que os resultados atendam às necessidades reais das comunidades. Este guia, portanto, busca oferecer orientações práticas e reflexões teóricas para apoiar gestores, avaliadores e sociedade civil na incorporação da participação social como elemento estruturante dos processos avaliativos.

2. AVALIAÇÃO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

A avaliação se refere ao processo de determinar o valor de uma intervenção. A avaliação é a análise sistemática e objetiva de uma intervenção — planejada, em curso ou concluída — quanto ao seu desenho, implementação e resultados, oferecendo informações críveis e úteis para incorporar lições aprendidas na tomada de decisão (OCDE, 2023, p. 31).

Lima, L., Souza, A. P. (2025) refletem sobre a compreensão da estreita relação entre políticas públicas eficazes e o uso de evidências ao longo do ciclo da política. Pensar nessa relação requer inserir avaliação como elemento transversal do ciclo de uma política, programa ou projeto. Menéndez et al. (2021), por sua vez, avançam nessa discussão ao destacar não apenas a centralidade da avaliação, mas também a participação social como aspecto transversal e indispensável, presente ao longo de todo o ciclo da política pública.

Ainda segundo o autor, incorporar a participação social em uma avaliação exige refletir sobre o próprio grau de participação social esperado ao longo do processo avaliativo, para tanto os autores descrevem dois modelos que ajudam a compreender e problematizar esse nível de participação.

TIPO DE AVALIAÇÃO	OBJETIVO	GRAU DE PARTICIPAÇÃO SOCIAL
Avaliação com Participação social	A participação é utilizada para obter informação, melhorar resultados. Neste caso busca-se a colaboração da sociedade civil que tenham relação ou sejam afetados pelo programa ou política, com a finalidade de obter informação.	A participação social se dá através do fornecimento de informações, mas sem intervenção na tomada de decisão, que é feita por parte da equipe técnica e de gestão do programa.
Avaliação participativa (com participação social ativa)	A participação torna-se um critério transformador e sustentável, cuja finalidade é causar mudanças e aprendizados nas pessoas.	A participação social é ativa, os envolvidos analisam e tomam decisões junto à equipe técnica e de gestão do programa.

Refletir sobre o grau de participação social em uma avaliação requer analisar as seguintes questões:

Por que e para quem? – Requer definir os objetivos do envolvimento da participação social no processo avaliativo.

De onde partimos? Quais os recursos disponíveis para envolver a participação social no processo avaliativo.

Quem avalia? – Quem são os stakeholders dessa avaliação (equipes, papéis e identificação inicial dos atores envolvidos).

Quais ferramentas técnicas? – Quais as técnicas e ferramentas de participação adequadas a cada fase da avaliação.

Quando? – Qual o tempo disponível para elaboração da avaliação, qual o cronograma possuímos, com marcos e resultados do processo avaliativo

Avaliação Participativa é uma abordagem que agrega métodos participativos no processo de avaliação de um projeto, política ou programa. A interseção entre participação social e avaliação tem como horizonte o alcance bem-sucedido de objetivos do projeto e o ganho social positivo às comunidades engajadas (Rocha de Siqueira, Póvoas e Caliano, 2025).

Tapella et al (2021) traçam sete princípios da avaliação participativa:

- 1** Os atores relevantes da intervenção ou situação a ser avaliada são incorporados de maneira ativa e consciente no processo avaliativo como sujeitos de direito.
- 2** O saber local é reconhecido como conhecimento válido e imprescindível para a avaliação.
- 3** Os representantes institucionais trabalham de modo associado com os atores locais no desenho, na implementação e na interpretação dos achados avaliativos.
- 4** O uso de técnicas e materiais didáticos facilita o diálogo, ao gerar espaços e procedimentos para a coleta, a análise e o uso da informação.
- 5** Os atores participantes ou partes interessadas se apropriam tanto dos processos quanto dos resultados da avaliação.
- 6** Os atores relevantes da intervenção ou situação a ser avaliada são incorporados de maneira ativa e consciente no processo avaliativo como sujeitos de direito.
- 7** Os avaliadores externos atuam como facilitadores do processo de avaliação.

O *Guia de Evaluación con Participación* (MIDEPLAN, 2019) sintetiza esse processo em um ciclo metodológico iterativo composto por nove etapas, que articulam o planejar-fazer-usar. Ele propõe que o desenho, a coleta e o uso dos resultados sejam guiados por dinâmicas acessíveis e lúdicas — como o exercício do “Mapa do Tesouro”, que traduz a jornada avaliativa em símbolos e metáforas compreensíveis às comunidades.

Esse enfoque destaca que a participação social é um processo educativo e simbólico, no qual a criação de sentidos compartilhados é tão importante quanto os resultados técnicos. A avaliação torna-se, assim, um espaço de escuta e construção coletiva de conhecimento, alinhando-se à proposta deste manual de integrar metodologias inclusivas e criativas nos processos de avaliação.

Qualquer fase do processo de avaliação participativa deve assegurar tanto o rigor metodológico quanto a inclusão de atores sociais relevantes. Na fase de planejamento da avaliação, deve-se constituir a equipe de avaliação (Etapa 1). Nesta etapa cabe refletir sobre qual o perfil desta equipe e em que momento da avaliação os diferentes atores sociais devem atuar. Em seguida, define-se os objetivos e as perguntas de avaliação (Etapa 2). Aqui é importante que as perguntas e objetivos estejam alinhados com o próprio objetivo da avaliação. A terceira etapa envolve a identificação das fontes de informação e das ferramentas adequadas para coletá-las (Etapa 3), seguida pelo planejamento dos custos e prazos da avaliação (Etapa 4), garantindo que os recursos e o tempo disponíveis sejam realistas. Para refletir sobre fontes de informação e das ferramentas cabe entender o orçamento e tempo disponíveis para a execução da avaliação, desta forma é possível definir qual abordagem participativa será incluída no processo.

Já a fase de implementação da avaliação, contempla a coleta e o registro de informações (Etapa 5), que devem refletir as experiências e percepções dos envolvidos. Posteriormente, esses dados são sistematizados e analisados (Etapa 6), buscando gerar aprendizados relevantes. A última parte do processo, a fase de recomendações, que foca na mobilização dos resultados da avaliação. Primeiro, há a transferência dos achados para todos os interessados (Etapa 7).

A partir daí, busca-se estruturar plano de ação (Etapa 8), implementando recomendações e mudanças concretas. Para tanto é relevante que haja a participação dos atores chave. Finalmente, a etapa de monitoramento do plano de ação (Etapa 9) garante que as melhorias sejam acompanhadas ao longo do tempo, consolidando a avaliação como um ciclo contínuo de aprendizagem e transformação.

A avaliação participativa não constitui uma modalidade isolada, mas um enfoque transversal que pode fortalecer todos os tipos de avaliação — diagnóstica, de desenho, de processo, de resultados, de impacto e executiva. Conforme Lima, L., Souza, A. P. (2025), as avaliações devem permear todo o ciclo das políticas públicas, funcionando como instrumentos de aprendizagem e correção de rota, e não apenas como verificação de resultados.

Assim, a participação social torna-se um princípio de gestão democrática e uma condição para a legitimidade e o uso efetivo das evidências. Guijt (2014) argumenta que os métodos participativos podem e devem ser aplicados em qualquer desenho de avaliação, sendo adaptáveis tanto a avaliações baseadas em evidências quantitativas quanto qualitativas, como pode ser observado na tabela a seguir.

Conectar os diferentes tipos de avaliação à abordagem participativa é reconhecer que o valor da avaliação não reside apenas em sua precisão técnica, mas em sua capacidade de gerar transformação social. A participação torna-se, assim, uma ponte entre técnica e ética, entre medir resultados e construir sentido coletivo sobre o desenvolvimento. Ao adotar essa visão, a avaliação deixa de ser apenas instrumento de controle e passa a ser um espaço de diálogo, aprendizado e corresponsabilidade democrática.

Tipo de Avaliação	Propósito técnico	Exemplos de como as abordagens participativas geram valor
Avaliação de Necessidades	Identificar problemas e hipóteses causais	Oficinas participativas permitem que grupos afetados definam as causas e prioridades percebidas, gerando hipóteses mais contextualizadas.
Avaliação de Desenho	Verificar a coerência lógica da intervenção	A co-construção da Teoria da Mudança ou Modelo Lógico com os atores, torna a avaliação socialmente legitimada.
Avaliação de Implementação ou Processo	Verificar se a implementação ocorreu conforme o planejado	Oficinas e fotonovelas revelam percepções sobre barreiras e soluções, promovendo o aprendizado institucional eficiente.
Avaliação de Resultados	Verificar alcance dos resultados	A comunidade ajuda a interpretar resultados, validando se mudanças foram percebidas.
Avaliação de Impacto	Verificar as relações de causalidade	Combinar comparações participativas (antes/depois, grupos com e sem tratamento) para estimar impacto de forma ética e confiável.
Econômica (Custo-Benefício)	Relação entre custos e efeitos	A participação amplia o conceito de “benefício”, incorporando dimensões sociais e simbólicas de valor.
Avaliação Executiva	Analisar desenho, implementação e resultados	Envolvimento de partes interessadas aumenta a aceitação e uso das recomendações.

2.1 Critérios de Seleção e Uso das Abordagens Participativas

A diversidade de abordagens apresentadas neste guia reflete a riqueza de possibilidades para fortalecer a participação social em processos de avaliação. No entanto, a escolha de qual abordagem adotar não deve ser arbitrária. Este capítulo tem como objetivo oferecer um conjunto de critérios e orientações práticas que ajudem gestores, avaliadores, organizações da sociedade civil e comunidades a selecionar, adaptar e aplicar as metodologias mais adequadas a seus contextos específicos.

A escolha de uma abordagem participativa deve considerar múltiplas dimensões:



Objetivo da avaliação: Se a meta é ampliar a transparência e coletar informações (ex.: consultas comunitárias), métodos mais simples e de curto prazo podem ser adequados. Já se o objetivo for promover empoderamento comunitário ou transformação social, metodologias como Empowerment Evaluation são mais indicadas.



Perfil dos atores: É fundamental avaliar envolvimento da participação, seus níveis de escolaridade, tempo, expectativas e experiências prévias com processos coletivos. Métodos visuais e lúdicos (fotonovelas) são úteis em contextos de baixa escolarização, enquanto técnicas analíticas (mapeamento de conceitos) exigem familiaridade com processos de reflexão coletiva.



Recursos disponíveis (tempo, equipe e orçamento): Algumas metodologias demandam alto investimento em capacitação, logística e facilitação (ex.: PRA). Outras podem ser aplicadas de maneira mais simples e rápida, como warm calling ou grupos de storytelling.



Escala e complexidade do objeto da avaliação: Projetos locais, com poucos atores, permitem metodologias intensivas e presenciais, enquanto iniciativas nacionais ou regionais podem exigir abordagens híbridas, integrando técnicas digitais e presenciais.



Contexto político e institucional: Em ambientes mais hierárquicos e centralizados, pode ser difícil implementar metodologias de codecisão. Nesses casos, a escolha deve ser gradual, iniciando por métodos consultivos para, progressivamente, abrir espaço a abordagens mais transformadoras.

Quadro - Síntese das dimensões da abordagem participativa

Definir objetivo da participação.



Mapear atores em nível de engajamento.



Verificar recursos disponíveis.



Analisar contexto político e institucional.



Escolher, adaptar e combinar metodologias.

A

Definir o objetivo central da participação

Obter informação?

Ampliar legitimidade e confiança?

Promover transformação social e empoderamento?

B**Mapear os atores e seu nível de engajamento**

Atores com pouca experiência em processos participativos → optar por metodologias mais simples, visuais e inclusivas.

Atores com experiência e alto nível de engajamento → considerar metodologias de maior complexidade analítica e decisória.

C**Verificar recursos disponíveis**

Pouco tempo/orçamento → metodologias ágeis (consultas, storytelling, warm calling).

Tempo e equipe capacitada → metodologias aprofundadas (PRA, Empowerment Evaluation).

D**Analisar contexto político e institucional**

Ambiente de baixa abertura política → metodologias consultivas e progressivas.

Ambiente favorável à participação → metodologias de co-decisão e empoderamento.

E

Escolher, adaptar e combinar metodologias

Nenhuma metodologia é aplicada de forma rígida. O guia deve ser lido como um cardápio de opções, que podem ser adaptadas, combinadas e ajustadas às realidades locais.

A escolha metodológica deve ser entendida como parte de um processo mais amplo de reflexão estratégica. Não basta aplicar técnicas; é essencial criar condições de confiança, assegurar transparência, respeitar as diferenças de poder entre os atores e devolver os resultados à comunidade. Ao orientar-se pelos critérios e fluxos aqui propostos, o leitor poderá utilizar este guia de três formas principais, e como um instrumento vivo de apoio a avaliações mais democráticas, inclusivas e transformadoras:

Exploração temática: ler os capítulos para conhecer diferentes metodologias, suas aplicações, ferramentas e limitações.

Consulta rápida: identificar uma necessidade específica (ex.: engajar comunidades rurais, analisar dados com participação social) e buscar diretamente as metodologias mais adequadas a esse propósito.

Planejamento integrado: combinar diferentes abordagens ao longo do ciclo da política pública, usando, por exemplo, warm calling para mobilização inicial, cartografia participativa para diagnóstico, e Empowerment Evaluation para planejamento e acompanhamento.

2.2 Salvaguardas, Riscos e Limitações

A adoção de metodologias participativas em processos avaliativos envolve não apenas escolhas técnicas, mas também compromissos éticos fundamentais. A participação social, quando mal-conduzida, pode reproduzir desigualdades de poder, expor vulnerabilidades ou mesmo instrumentalizar comunidades de forma simbólica, sem efeitos reais sobre a tomada de decisão. Assim, é essencial refletir sobre salvaguardas, riscos e limitações que devem ser considerados ao longo de todo o processo.

No âmbito das salvaguardas éticas, deve-se estar atento para os seguintes tópicos:



Consentimento livre e informado: os participantes devem compreender claramente os objetivos da avaliação, os métodos empregados, os potenciais usos das informações e os seus direitos de recusar ou se retirar a qualquer momento.



Proteção de dados e confidencialidade: informações pessoais ou sensíveis coletadas em processos participativos devem ser armazenadas de forma segura e, sempre que possível, anonimizadas.



Inclusão e representatividade: é necessário garantir que grupos historicamente marginalizados (mulheres, grupos racializados, jovens, povos tradicionais, comunidades periféricas, pessoas com deficiência) tenham espaço efetivo de fala e influência.



Transparência e devolutiva: os resultados das avaliações participativas devem ser devolvidos à comunidade em formatos acessíveis, evitando que o processo seja visto como extrativo ou unilateral.



Equidade de poder: o papel do avaliador deve ser o de facilitador, e não de autoridade centralizadora. As decisões devem ser partilhadas de forma clara e justa.

Quanto aos riscos associados deve-se ter o cuidado com:

Participação simbólica: risco de que os processos sejam conduzidos apenas para legitimar decisões já tomadas, sem influência real da comunidade.

Exposição de vulnerabilidades: a coleta de informações pode gerar constrangimentos, estigmatizações ou conflitos internos nas comunidades se não for conduzida com sensibilidade.

Captura por lideranças locais: há risco de que determinadas lideranças monopolizem a fala ou manipulem o processo em benefício próprio, limitando a diversidade de vozes.

Desigualdade no acesso: fatores como tempo, recursos financeiros, escolaridade e idioma podem restringir a participação plena de certos

Por fim, é importante que no processo avaliativo esteja previsto algumas possíveis limitações práticas:

Tempo e recursos: processos participativos demandam mais tempo, formação de facilitadores e recursos logísticos, o que pode ser um obstáculo em contextos de pressão por resultados rápidos.

Conflitos de expectativas: nem sempre as expectativas da comunidade coincidem com as dos gestores ou financiadores, podendo gerar frustração se não houver alinhamento prévio.

Dificuldade de institucionalização: mesmo quando exitosos, os processos participativos enfrentam barreiras para se transformar em práticas consolidadas no aparato estatal.

Risco de enviesamento: quando a avaliação é conduzida majoritariamente por atores locais, pode haver tendência a suavizar críticas ou omitir problemas, exigindo contrabalanço metodológico.

3. PANORAMA DE ABORDAGENS PARTICIPATIVAS

O presente capítulo apresenta um panorama de metodologias participativas utilizadas em processos de avaliação, tanto em contextos comunitários quanto institucionais. Cada abordagem foi selecionada por sua capacidade de promover o engajamento ativo dos participantes, fortalecer a legitimidade das avaliações e transformar a relação entre avaliadores e sujeitos da política pública em um processo de aprendizagem mútua.

As metodologias aqui descritas partem do princípio de que o conhecimento é socialmente construído e que, portanto, a inclusão de diferentes perspectivas — técnicas, empíricas e locais — amplia a compreensão sobre os fenômenos avaliados. A diversidade de abordagens reflete o reconhecimento de que não existe um único modelo de participação, mas sim uma multiplicidade de práticas que variam conforme o contexto, os objetivos da avaliação e o grau de envolvimento desejado.

Este panorama busca, assim, sistematizar experiências e instrumentos que podem ser aplicados de forma complementar ou adaptada. O capítulo contempla desde técnicas de mobilização inicial e escuta ativa, como o Warm Calling, até metodologias consolidadas de coaprendizagem e empoderamento, como a *Empowerment Evaluation* e o *Participatory Rural Appraisal (PRA)*.

Também são exploradas ferramentas visuais e reflexivas, como a Cartografia Participativa, o Mapeamento de Conceitos, a Análise Participativa de Dados e as Fotonovelas, que combinam expressão artística e investigação social.

Mais do que apresentar procedimentos, este capítulo pretende oferecer um repertório de caminhos possíveis para tornar as avaliações mais inclusivas, éticas e úteis. Cada metodologia é acompanhada de sua descrição técnica, boas práticas, limitações e um estudo de caso ilustrativo, destacando como essas abordagens podem ser incorporadas em diferentes etapas do ciclo de avaliação — da coleta de dados à interpretação e disseminação dos resultados.

Ao final, o leitor é convidado a compreender essas metodologias não como instrumentos isolados, mas como partes de um ecossistema participativo de avaliação, orientado pela escuta, pela corresponsabilidade e pela construção coletiva de conhecimento voltada à transformação social.

3.1. Warm Calling

Warm calling é uma abordagem eficaz para iniciar contatos com líderes organizacionais no contexto de parcerias de pesquisa (Lapierre et al, 2018). Trata-se de uma tentativa de contato precedida por alguma forma de introdução ou referência — como a recomendação de uma pessoa respeitada, a exemplo por liderança — o que torna o contato com as parcerias mais receptivo e menos intrusivo. Essa estratégia é vista como um meio de aumentar a legitimidade e as chances de engajamento do interlocutor, facilitando o estabelecimento de confiança inicial essencial para a viabilização da pesquisa.

Um dos pontos centrais destacados por Lapierre et al. (2018) é o uso do *warm calling* como prática metodológica para facilitar a entrada em campo. Diferentemente do *cold calling*, que consiste em contatos diretos e inesperados com líderes organizacionais, o *warm calling* parte do princípio da mediação por uma ponte de confiança — como um ex-aluno, colega de comitê, parceiro de consultoria ou outro contato com legitimidade junto à liderança da organização ou à um público-alvo.

Metodologicamente, essa abordagem é um recurso que aumenta substancialmente a taxa de resposta e o engajamento inicial, ao reduzir a assimetria de informação e a percepção de risco por parte dos tomadores de decisão organizacionais.

No contexto metodológico, o *warm calling* faz parte das práticas recomendadas para iniciar relacionamentos de pesquisa e reduzir barreiras para o acesso a dados e participantes, sendo, portanto, utilizada por pesquisadores que desejam conduzir estudos aplicados. É uma prática direcionada para acadêmicos e pesquisadores interessados em desenvolver colaborações empíricas com organizações que precisam considerar não apenas os aspectos técnicos da pesquisa, mas também as estratégias de aproximação institucional.

O método é igualmente útil em pesquisas com comunidades locais, em especial quando se deseja superar resistências históricas a intervenções externas. Ao acionar mediadores respeitados — como lideranças comunitárias, agentes de saúde, educadores locais ou facilitadores de projetos anteriores —, o pesquisador cria pontes que facilitam não apenas o acesso físico, mas também o simbólico, ao construir uma narrativa de parceria e respeito às dinâmicas internas.

Além disso, o *warm calling* é pertinente para interações com tomadores de decisão já sensibilizados ou engajados em temáticas próximas à pesquisa. Isso inclui secretários, diretores ou coordenadores de planejamento, monitoramento e avaliação (M&A), especialmente aqueles que participaram de eventos, capacitações ou reuniões prévias sobre o tema (Patton, 2015).

Ele se aplica para técnicos de órgãos parceiros e gestores de programas que já vivenciaram experiências conjuntas de coleta ou análise de dados — como oficinas, diagnósticos participativos ou entrevistas exploratórias — e, portanto, têm um histórico de colaboração que pode ser reativado, como mencionado por Patton (2008), em seu texto *Utilization-Focused Evaluation*.

O método também pode ser útil para alcançar representantes de instituições que já receberam produtos ou relatórios de avaliação, ainda que em ciclos anteriores ou sob outras gestões. Essa base pré-existente funciona como um capital relacional acumulado, que pode ser cultivado para novas iniciativas, reduzindo custos de negociação e aumentando a predisposição ao diálogo (Patton, 2015).

Outra frente promissora envolve financiadores, agências multilaterais e atores do ecossistema de avaliação que já conhecem a trajetória profissional ou institucional do pesquisador. Contatos estabelecidos em redes como o Global Evaluation Initiative, Rede Brasileira de Monitoramento e Avaliação e o Escritório de Avaliação Independente (IEO) do New Development Bank, entre outras comunidades de prática de M&A que formam um ambiente fértil para o *warm calling*, pois compartilham uma linguagem técnica comum e um histórico de interesses convergentes.

Essa metodologia fortalece as pesquisas aplicadas em contextos organizacionais ao facilitar tanto o acesso inicial quanto a adesão de líderes institucionais. Em especial em organizações de médio e grande porte, é comum haver ceticismo ou resistência frente a solicitações de desconhecidos — o que pode comprometer a viabilidade da coleta de dados, sobretudo em estudos que demandam participação ativa, acesso a informações sensíveis ou o engajamento de diferentes níveis hierárquicos.

O *warm calling* configura-se como uma estratégia metodológica eficaz para mitigar barreiras de acesso, ao introduzir o pesquisador por meio de uma figura já legitimada na organização. Esse mecanismo aumenta a credibilidade da proposta, antecipa uma relação de confiança e reduz a percepção de risco institucional, favorecendo o engajamento da liderança e ampliando as chances de cooperação voluntária. Com isso, torna-se possível garantir amostras mais robustas, minimizar vieses de seleção e permitir que métodos mais exigentes (como estudos longitudinais, quase-experimentais ou amostras aninhadas) sejam efetivamente implementados. Além de facilitar o acesso inicial, a metodologia também contribui para o cumprimento ético da pesquisa, assegurando que a participação seja informada, voluntária e contextualizada nas dinâmicas organizacionais. Assim, adotar o *warm calling* não é apenas uma decisão estratégica, mas um componente metodológico que fortalece a integridade, a eficácia e a aplicabilidade dos estudos conduzidos em parceria com organizações.

Seguindo a perspectiva de Patton (2008), que enfatiza que a utilidade de uma avaliação está diretamente ligada ao grau de engajamento dos seus potenciais usuários desde o início do processo, o *warm calling* atua como uma ferramenta para identificar, priorizar e ativar esses usuários estratégicos. Isso reforça o caráter intencional da aproximação: não se trata de contatar “qualquer público”, mas sim aqueles com maior probabilidade de usar, aplicar e sustentar os resultados da pesquisa ou avaliação.

3.1.1. Metodologia

Podemos inferir que o *warm calling* é uma etapa crítica na construção de parcerias sustentáveis e na viabilidade metodológica de estudos aplicados, especialmente em contextos locais onde o acesso a dados, pessoas e processos depende fortemente de legitimidade e confiança inicial. Em termos práticos, isso significa que o pesquisador deve mapear suas redes profissionais e acadêmicas em busca de potenciais mediadores estratégicos, preparando comunicações claras e direcionadas que articulem os benefícios mútuos da colaboração.

A aplicação envolve a mobilização por meio de intermediários que sejam confiáveis. O passo a passo pode ser descrito em três etapas principais:



Etapa 1 - Mapeamento de conexões estratégicas: O primeiro passo é identificar indivíduos com vínculos relevantes com a organização-alvo ou atores locais — como líderes comunitários, profissionais parceiros, consultores internos, membros de conselhos, associações profissionais ou participantes de projetos anteriores. Idealmente, esses contatos/intermediários devem ter reconhecimento interno e acesso direto (ou indireto) ao público-alvo escolhido.



Etapa 2 - Preparação da abordagem conjunta: Em seguida, o pesquisador deve elaborar uma comunicação clara, breve e direcionada, preferencialmente em coautoria ou com o aval do contato/intermediário. Essa mensagem pode apresentar de forma concisa os objetivos da pesquisa, sua relevância prática para a organização, e os benefícios esperados da colaboração. É importante que a proposta venha "anunciada" pelo mediador, aumentando a legitimidade do contato e demonstrando reciprocidade e interesse mútuo.



Etapa 3 - Acompanhamento estratégico e ético: Interação deve ser personalizada, mantendo um tom profissional, reforçando a voluntariedade da participação e a confidencialidade dos dados. Quando houver abertura, o ideal é agendar uma conversa direta com os decisores, para detalhar o projeto e ajustar expectativas. Diálogo é estabelecido com os stakeholders dos projetos – isto é, instituições, organizações, entidades, empresas etc. – e com o público-alvo da pesquisa, tendo em vista a necessidade de construir uma teia multidisciplinar de atores para que todos os interesses – ou a maior parte deles – sejam contemplados. A construção de um diálogo está também na construção de um vínculo de confiança entre público-alvo, intermediadores e stakeholders; do contrário, não é possível categorizar como uma metodologia participativa.

A efetividade do *warm calling* depende não apenas da identificação de mediadores estratégicos, mas também das ferramentas de comunicação e das técnicas de interação que sustentam o primeiro vínculo com a organização. Como ressalta Lapierre et al. (2018), contatos iniciais com lideranças devem ser breves, claros e apoiados em recursos que transmitam credibilidade, pertinência e utilidade prática.

No que diz respeito às ferramentas de comunicação, destacam-se:

Mensagens escritas formais (ex.: e-mails personalizados ou cartas de apresentação), frequentemente acompanhadas de materiais de apoio, como resumos executivos, flyers institucionais ou notas técnicas. Esses documentos devem ser concisos, apresentando de forma objetiva os objetivos e benefícios da pesquisa, podendo incluir anexos mais detalhados (como sumários de até duas páginas) para leitura posterior (Lapierre et al., 2018, p. 558-559);

Contatos síncronos (ex.: reuniões presenciais, chamadas telefônicas ou videoconferências), que permitem o uso de apresentações curtas no formato de elevator pitch, nas quais o pesquisador resume em poucos minutos como o estudo pode contribuir para a organização;

Mensagens assíncronas (ex.: mensagens instantâneas ou plataformas de comunicação institucional), que podem atuar como uma etapa de “pré-aquecimento” antes do contato mais direto, transmitindo acolhimento e clareza sobre o propósito do convite.

Além das ferramentas, é igualmente importante atentar às técnicas de interação, que tornam o contato mais legítimo e humanizado. Entre elas, podem ser citadas:

Nomeação pessoal, chamando os interlocutores pelo nome para reforçar a individualidade e o reconhecimento (ex.: sempre chamar pelo nome, para criar conexão);

Referência ao histórico de interações prévias, valorizando experiências anteriores de colaboração ou temas já discutidos (ex.: “Queria ouvir mais sobre o que comentou na semana passada...”);

Uso de perguntas abertas e graduais, iniciando por questões simples e de menor exposição, para depois avançar em tópicos mais estratégicos;

Tom encorajador e positivo, que demonstra curiosidade genuína e expectativa construtiva em relação ao diálogo (ex.: “Estou curioso para saber sua opinião”);

Flexibilidade no engajamento, oferecendo alternativas quando a resposta imediata não for possível, como permitir retorno posterior ou via outro canal (Patton, 2008).

Em contextos de maior proximidade com comunidades locais ou equipes de trabalho, os grupos focais podem ser mobilizados como ferramenta adicional. Embora não sejam empregados no primeiro contato, funcionam logo na etapa inicial como espaços de escuta e coconstrução, reduzindo resistências históricas e reforçando a legitimidade da pesquisa como processo participativo (Patton, 2015).

Por fim, a mobilização de redes já existentes — como associações profissionais, conselhos consultivos, ex-alunos ou colegas de comitê — funciona como recurso complementar, pois a recomendação de terceiros atua como “cartão de visita” informal, ampliando a legitimidade do pesquisador (Lapierre et al., 2018, p. 555-556). Em ambientes institucionais mais formais, esse processo pode ainda ser fortalecido por memorandos de entendimento, cartas de apoio ou relatórios de experiências anteriores, que sinalizam compromisso ético e clareza metodológica.

A aplicação do *warm calling* como estratégia metodológica exige atenção a uma série de boas práticas que visam maximizar sua eficácia e garantir a condução ética da pesquisa — aspecto já destacado na seção “Por que aplicar” e destacadas a seguir:



Legitimidade do intermediário: O sucesso da aplicação depende da credibilidade do contato que atua como intermediário. É fundamental que esse intermediário tenha reconhecimento em contexto local e não esteja associado a conflitos de interesses internos ou percepções negativas que possam comprometer a abordagem.



Transparência e ética desde o primeiro contato: Mesmo com uma introdução facilitada, o pesquisador deve explicitar os objetivos do estudo, os procedimentos previstos, a voluntariedade da participação e os termos de confidencialidade. Evitar qualquer ambiguidade nesse momento é essencial para preservar a integridade ética do processo.



Personalização e concisão da proposta: A comunicação inicial deve ser objetiva, escrita em linguagem acessível à realidade local e conectada diretamente aos interesses institucionais. Evitar jargões acadêmicos ou formulações excessivamente técnicas ajuda a criar engajamento inicial.



Gestão respeitosa da persistência: A reiteração do contato é legítima, mas deve ser feita de maneira respeitosa e limitada, sem gerar incômodo. Recomenda-se um intervalo mínimo de uma semana entre tentativas e um número máximo de cinco interações, sempre com mensagens breves e referenciais ao histórico da comunicação.

Ao mesmo tempo, há limitações estruturais e contextuais que precisam ser reconhecidas pelo pesquisador, como:



Dependência de redes preexistentes: A principal limitação do warm calling é sua dependência de capital social. Pesquisadores em início de carreira, ou que atuam fora de redes institucionais densas, podem ter dificuldade de encontrar contatos legítimos em contextos locais, o que reduz a aplicabilidade da estratégia.



Risco de enviesamento na seleção: Ao privilegiar contextos em que há um contato prévio ou um elo pessoal, o pesquisador pode limitar a diversidade da amostra e comprometer a generalização dos achados. É importante considerar esse viés na etapa de delineamento amostral.



Percepção de conflito de interesses: Em contextos mais sensíveis, a presença de um intermediário interno pode gerar suspeitas sobre o real grau de neutralidade do estudo, especialmente se o contato for hierarquicamente superior aos potenciais participantes. Cabe ao pesquisador reforçar garantias de anonimato e independência analítica.



Barreiras institucionais intransponíveis: Ainda que o contato inicial seja facilitado, algumas organizações mantêm políticas rígidas de proteção de dados, restrições à pesquisa externa ou protocolos de compliance que inviabilizam a realização de estudos acadêmicos, independentemente do canal de acesso.

Reconhecer essas boas práticas e limitações é essencial para a aplicação responsável e eficaz do *warm calling* como parte de uma estratégia metodológica mais ampla de construção de parcerias em pesquisa organizacional.

3.1.2. Estudo de caso

O estudo “‘My life is not over’: an evaluation of a standardized and manualized eight-week warm calling phone intervention for community dwelling older adults” (Houston et al., 2025) constitui um exemplo significativo de como a abordagem de warm calling pode ser aplicada de forma inovadora e participativa em contextos de saúde comunitária e de enfrentamento do isolamento social. A pesquisa avaliou o programa BE WITH (Belongingness and Empathy With Intentional Targeted Helping), uma intervenção telefônica de oito semanas, padronizada e manualizada, que buscou reduzir a solidão e o risco de sofrimento mental entre idosos que vivem em comunidades, em especial aqueles atendidos por programas de entrega de refeições em domicílio (HDM, na sigla em inglês).

A lógica do programa parte da própria essência do *warm calling*: o contato não é feito por estranhos (como no *cold calling*), mas mediado por “ajudantes naturais”, pessoas já presentes na vida cotidiana dos idosos. Nesse caso, foram voluntários e trabalhadores vinculados ao Aging Services Network, responsáveis por serviços de alimentação comunitária. Esses atores já possuíam vínculos de confiança com os idosos, o que funcionou como a ponte necessária para legitimar a intervenção e favorecer a receptividade das ligações (Lapierre et al., 2018).

O BE WITH incorporou um modelo estruturado: cada idoso recebeu uma ligação semanal, de aproximadamente 20 a 30 minutos, ao longo de oito semanas. Os voluntários foram preparados com um treinamento de 2,5 horas fundamentado na literatura de amizade (*befriending*) e reminiscência narrativa, enfatizando cinco componentes centrais:



Reciprocidade — a relação deveria ser percebida como mutuamente benéfica;



Intimidade — espaço para que os idosos compartilhassem experiências pessoais profundas;



Confiabilidade e respeito — manutenção de compromissos e horários como forma de reforçar o sentimento de que “importam”;



Proximidade — fortalecimento da sensação de pertencimento comunitário;



Autonomia — respeito à escolha do idoso sobre o que e quando compartilhar.

O caráter participativo do BE WITH ficou evidente na forma como a intervenção foi construída e avaliada. O estudo utilizou a *Consensual Qualitative Research (CQR)*, metodologia que valoriza múltiplas perspectivas e a construção coletiva de significados. Os 78 idosos participantes foram convidados a relatar suas experiências por meio de entrevistas semiestruturadas, nas quais expressaram não apenas o que gostaram, mas também o que poderia ser melhorado. Esse processo reforça a centralidade da escuta ativa e da co-produção de conhecimento com os sujeitos da pesquisa, alinhando-se às metodologias participativas de avaliação (Houston et al., 2025).

Os resultados evidenciaram múltiplos impactos positivos:



Prazer e expectativa pelo contato: a grande maioria dos participantes relatou esperar ansiosamente pelas ligações, descrevendo-as como experiências agradáveis e significativas.



Relações recíprocas: longe de ser um contato unidirecional, as conversas muitas vezes envolveram trocas de experiências familiares, histórias pessoais e pontos de vista distintos, reforçando a mutualidade.



Segurança emocional: os idosos destacaram que se sentiram à vontade para falar de assuntos delicados, inclusive dores e perdas, por se perceberem em um espaço de acolhimento.



Pertencimento e amizade: vários participantes afirmaram ter criado laços tão fortes que decidiram manter contato após o fim do programa, descrevendo os voluntários como amigos ou até mesmo como “parte da família”.

Além das dimensões relacionais, o estudo também apontou para efeitos práticos e transformadores: houve aumento no engajamento com a saúde mental, maior disposição para buscar ajuda e um fortalecimento da autorregulação emocional. Alguns participantes relataram inclusive que as ligações ajudaram a reduzir sentimentos de desesperança, trazendo perspectivas de esperança e novas formas de enfrentar dificuldades cotidianas.

É importante destacar que o programa também revelou limitações, como a dependência da rede de voluntários e a dificuldade de expandir a intervenção para populações mais diversas, dado que a amostra era majoritariamente composta por idosos brancos, cristãos e de baixa renda. Houve ainda relatos de tristeza pelo encerramento das chamadas, sugerindo que programas mais duradouros ou com acompanhamento periódico poderiam potencializar os efeitos positivos (Houston et al., 2025).

Apesar dessas limitações, o estudo mostra como o *warm calling*, originalmente pensado como estratégia de entrada em campo para pesquisadores e organizações (Patton, 2008; Lapierre et al., 2018), pode ser adaptado como metodologia participativa de intervenção social. Ao mobilizar vínculos pré-existentes e legitimar o contato por meio de mediadores respeitados, a prática vai além da redução de barreiras de acesso: torna-se um mecanismo de construção de confiança, fortalecimento comunitário e produção de bem-estar (Houston et al., 2025).

3.2. Participatory Rural Appraisal (PRA)

A Avaliação Rural Participativa (PRA na sigla em inglês), é uma abordagem participativa voltada para compreender e analisar os recursos, desafios, potenciais e necessidades das comunidades. Nessa abordagem, o time externo de avaliação age como facilitador da participação social no desenho, implementação, monitoramento e avaliação de processos locais liderados e avaliados pela população (Chambers, 1994).

Tal abordagem foi desenvolvida a partir do final dos anos 1990, na busca por integrar o conhecimento local ao processo de diagnóstico, planejamento e avaliação de políticas e projetos rurais, enfatizando a facilitação do diálogo e a construção coletiva de saberes, colocando as comunidades como protagonistas na geração e análise de informações. Seu foco está em transformar capacidades locais em insumos para a ação, promovendo empoderamento comunitário e a apropriação dos processos decisórios (Chambers, 1992), destacando-se ainda por empoderar fazendeiros e pessoas do campo rural frente ao próprio desenvolvimento, posicionando-as enquanto avaliadores analíticas das capacidades e potencialidades locais (Chambers, 1994).

A PRA representa sobretudo uma abordagem metodológica emergente dentro do campo do desenvolvimento, caracterizando-se pelo uso de ferramentas interativas, frequentemente visuais, que facilitam o compartilhamento, a análise e o planejamento locais.

Embora originalmente concebido para contextos rurais, a abordagem tem se mostrado apta também em ambientes urbanos. Diferentemente de métodos tradicionais, que dependem de formulários fechados ou entrevistas estruturadas, esta abordagem empodera comunidades de modo que o processo de investigação e análise seja conduzido em conjunto com os moradores locais, transformando-os em agentes ativos do diagnóstico e das decisões sobre seu próprio desenvolvimento (Banco Mundial, 1996).

A abordagem serve para quaisquer situações em que um grupo de pessoas ligadas ao campo rural queiram resolver problemas coletivos relacionados ao desenvolvimento local, sendo indicado para:

Comunidades rurais e urbanas vulneráveis que enfrentam vulnerabilidades sociais, econômicas ou ambientais.

ONGs e agências de desenvolvimento que buscam alinhar projetos às realidades locais.

Gestores públicos e técnicos governamentais interessados em instrumentos participativos e inclusivos de planejamento.

Instituições de ensino e pesquisadores que utilizam o método em processos de extensão e investigação aplicada.

Para além do simples estímulo à participação representativa em projetos coletivos, fundamentando-se na premissa de que as comunidades locais devem ser protagonistas no diagnóstico e no planejamento de suas próprias realidades, compartilhando, aprimorando e analisando seus conhecimentos para orientar a ação (Chambers, 1994). No campo acadêmico, o autor enfatiza três justificativas centrais para o uso dessa abordagem:



A valorização do conhecimento local — que reconhece agricultores e comunidades como detentores de informações críticas muitas vezes invisibilizadas por métodos convencionais;



O empoderamento social — ao transferir o centro da análise para os atores locais, fortalecendo sua capacidade de negociação frente a governos, ONGs e agências de desenvolvimento; e,



A eficácia e sustentabilidade — já que diagnósticos participativos tendem a gerar soluções mais contextualizadas e, portanto, com maior adesão e impacto duradouro.

Já do ponto de vista prático, NIRDPR (2020) ressalta que a PRA se apresenta como alternativa a bases secundárias desatualizadas e levantamentos domiciliares extensos, oferecendo processos mais ágeis, econômicos e interativos. Além de possibilitar coleta rápida de informações, contribui para a criação de vínculos de confiança entre comunidade e facilitadores e favorece uma compreensão mais realista dos problemas, pois emerge diretamente da vivência das pessoas. O autor também destaca seu caráter pedagógico: um processo de “aprender, desaprender e reaprender” que transforma tanto as comunidades quanto as instituições externas, ao reconhecer o valor do saber popular e das soluções locais.

No plano institucional, por sua vez, o Food Security and Livelihoods Cluster (FSLC, 2024) amplia essa perspectiva ao apontar benefícios que vão além da escala comunitária. Segundo o órgão, tal abordagem aprimora diagnósticos e planejamentos ao integrar visões locais diretamente nas decisões; fortalece a apropriação comunitária dos projetos, ampliando sua relevância e sustentabilidade; promove justiça social e de gênero ao incluir grupos marginalizados; constrói capacidades locais ao engajar a comunidade em todas as etapas do processo; e gera confiança e transparência, reduzindo distâncias entre comunidades e instituições externas.

Ao articular essas três dimensões — acadêmica, prática e institucional —, a PRA revela-se não apenas como uma técnica de coleta de dados, mas como uma metodologia crítica e notavelmente transformadora, muito capaz de combinar legitimidade social, eficiência operacional e fortalecimento das capacidades locais.

3.2.1. Metodologia

A aplicação da PRA requer a condução de técnicas participativas — muitas vezes visuais ou baseadas em dinâmicas de grupo — cujo propósito central é facilitar que a própria comunidade colete, analise e interprete dados acerca de sua realidade. Essa troca é mediada por facilitadores que atuam mais como aprendizes e menos como especialistas centralizadores, criando condições propícias para processos coletivos e autogeridos de tomada de decisão. O foco recai menos no controle externo das informações e mais na criação de espaços onde o conhecimento local pode emergir de modo legítimo (Banco Mundial, 1996).

As técnicas são aplicadas de forma flexível, adaptando-se ao contexto local. A triangulação — comparação de diferentes métodos e fontes — é central para validar informações e reduzir vieses. O papel do facilitador externo deve ser o de mediador e não de especialista que extrai informações. A ênfase recai sobre a escuta ativa, a aprendizagem mútua e a devolutiva dos resultados para a própria comunidade (Chambers, 1992).

O processo de aplicação envolve diferentes técnicas visuais e coletivas, como:

- **Mapeamento participativo** (croquis, mapas de recursos, uso do solo);
- **Transect walks** (caminhadas de observação pelo território);
- **Ranking e scoring** para priorização de problemas e soluções;
- **Calendários sazonais** (identificação de ciclos agrícolas, climáticos e trabalho);
- **Diagramas de Venn** (análise de instituições e relações de poder);
- **Matriz de priorização e ranking** (para identificar problemas centrais);
- **Histórias orais e linhas do tempo comunitárias** (para recuperar dinâmicas históricas).
- **Sessões de planejamento** com foco em grupos minoritários de forma a facilitar e estimular a participação destes grupos;



Entrevistas individuais;



Gráficos participativos com recomendações próprias da população local;



Workshops;



Mesas consultivas.

Dentro do escopo estabelecido pelo Banco Mundial (1996), a PRA é considerada exitosa quando comporta atitudes e posturas adequadas por parte dos facilitadores. Isso inclui, em primeiro lugar, o reconhecimento de que atitudes como autocrítica, abertura para experimentar e aprender com erros, e disposição para “passar o bastão” aos participantes são fundamentais. O facilitador deve, também, saber improvisar e adaptar os métodos ao contexto local, além de criar um ambiente de relaxamento, diálogo e confiança mútua. Dentre as boas práticas estão:



Flexibilidade: adaptar ferramentas à realidade e ao tempo disponível das comunidades.



Inclusão: garantir a participação de diferentes grupos (mulheres, jovens, idosos, povos tradicionais).



Devolutiva: assegurar que as informações coletadas sejam sistematizadas e retornem em formatos acessíveis.



Equipes multidisciplinares: assegurar diversidade de olhares.



Autorreflexão: reflexão crítica sobre vieses, como os de gênero, localização e educação, para evitar distorções analíticas.



Transparência e ética: comunicar claramente objetivos e limites do processo.



Aprendizagem coletiva: incentivar a troca de saberes entre técnicos e moradores.

Apesar de suas vantagens, a abordagem enfrenta desafios em sua implementação. O abandono da programação centralizada pode ser difícil para profissionais acostumados a manter controle rígido sobre entrevistas e coleta de dados, exigindo uma mudança de paradigma — do controle para o diálogo, da prescrição para a escuta. Ademais, há o risco de que a falta de preparo dos facilitadores a transforme em um processo meramente simbólico ou extrativo. Desta forma, alguns dos desafios enfrentados são:

Risco de manipulação: se conduzido por facilitadores sem compromisso participativo, pode reproduzir práticas extrativas.

Limitações de tempo e recursos: processos participativos exigem maior investimento em logística e capacitação.

Dificuldade de institucionalização: integrar resultados do PRA em políticas públicas pode ser complexo em contextos burocráticos e centralizados.

3.2.2. Estudo de Caso

O estudo “Participatory Rural Appraisal” (PRA), conduzido por Swapnil M. Kamble (2014) na vila de Marale, localizada em Shahuwadi, distrito de Kolhapur, Maharashtra, Índia, é um bom exemplo para demonstrarmos em termos práticos a metodologia abordada acima. A comunidade, composta por 743 habitantes — 388 homens e 355 mulheres — incluía 65 famílias vivendo abaixo da linha da pobreza e registrava altos índices de analfabetismo, com 222 pessoas não alfabetizadas. A principal atividade econômica era a agricultura, baseada em práticas tradicionais de baixa eficiência, o que limitava a geração de renda e a sustentabilidade produtiva (KAMBLE, 2014).

A intervenção foi implementada por 15 estudantes de serviço social, sob supervisão docente, no formato de um acampamento PRA com duração de 10 dias (3 dedicados à capacitação dos estudantes e 7 ao trabalho de campo). Durante esse período, a comunidade participou ativamente de diferentes ferramentas metodológicas, como mapeamentos participativos (recursos, saúde, uso do solo), caminhadas transversais pelo território, assembleias, reuniões com grupos específicos (jovens, idosos, agricultores, mulheres, comunidade Dalit), construção de calendários sazonais, análise de tendências históricas e dramatizações em forma de peças de rua sobre temas como casamento infantil, alcoolismo e saneamento (KAMBLE, 2014).

Essas atividades permitiram que os moradores de Marale não fossem apenas receptores passivos de diagnósticos externos, mas protagonistas no processo de identificação de problemas e priorização de soluções. Por meio de um quadro de priorização de problemas, foram identificados desafios centrais: alcoolismo generalizado, evasão escolar, baixa participação das mulheres nas decisões comunitárias, migração juvenil em busca de emprego, fragilidade dos grupos de autoajuda (SHG na sigla em inglês), práticas agrícolas tradicionais pouco produtivas, questões de saúde, crenças supersticiosas e ocorrência de casamentos precoces (KAMBLE, 2014).

O caráter participativo revelou-se exemplar no enfrentamento do alcoolismo. Após amplo debate em assembleia comunitária, as mulheres organizaram-se politicamente e conduziram uma votação coletiva que resultou em um contrato comunitário de proibição do consumo de álcool no vilarejo. A iniciativa foi facilitada pelos estudantes, mas conduzida e legitimada pela própria população, demonstrando como o PRA pode catalisar transformações sociais a partir da ação endógena. Outro avanço importante foi a revitalização dos SHGs femininos, que até então estavam inativos ou enfraquecidos por falta de confiança, conhecimento sobre gestão e acesso a recursos. Com o apoio metodológico do PRA, as mulheres retomaram os grupos, ampliando sua participação social e econômica.

Além disso, ações específicas foram direcionadas a diferentes públicos: nas escolas, foram organizadas atividades lúdicas, campanhas de saúde e visitas domiciliares para combater a evasão escolar; com jovens, foram realizados encontros de orientação profissional e programas culturais; com agricultores, promoveram-se sessões educativas sobre técnicas agrícolas modernas, pecuária e manejo sustentável; e com a comunidade Dalit, buscaram-se alternativas de inclusão e acesso a políticas públicas voltadas a minorias (KAMBLE, 2014).

A experiência em Marale demonstra que o PRA, mais do que um conjunto de ferramentas, é um processo com grande capacidade de transformação social, sobretudo se realizada de forma participativa. Ele não apenas produziu diagnósticos mais realistas e contextualizados, mas também fortaleceu laços comunitários, estimulou a autogestão local e promoveu empoderamento, principalmente das mulheres. Ao possibilitar que os moradores se tornassem protagonistas das decisões, a metodologia evidenciou seu potencial de combinar análise participativa, planejamento coletivo e ação social, reforçando sua relevância para processos de desenvolvimento inclusivo e sustentável.

3.3. Empowerment Evaluation (EE)

A *Empowerment Evaluation* (EE) ou Avaliação para o Empoderamento, é uma abordagem avaliativa que busca aumentar e fortalecer a capacidade de indivíduos e grupos para que possam conduzir, de forma autônoma, o monitoramento e a avaliação de suas próprias atividades e programas (Fetterman, 1994), sendo caracterizada pelo foco na técnica e prática para a melhoria das capacidades individuais e coletivas, para a resolução de problemas (Fetterman; Wandersman, 2005) definem a EE como:

“(...) Uma abordagem de avaliação que visa aumentar a probabilidade de sucesso do programa ao:

- (1) fornecer às partes interessadas ferramentas para avaliar o planejamento, a implementação e a autoavaliação de seu programa e;
- (2) integrar a avaliação como parte do planejamento e gerenciamento do programa/organização.” (p.28, tradução nossa)

Esse tipo de metodologia avaliativa tem como objetivo impulsionar o empoderamento e a performance de indivíduos mediante o ensino de técnicas, ferramentas e métodos para o monitoramento, planejamento, implementação e avaliação de seus projetos (Fetterman, 2001). Desenvolvida por David Fetterman no início da década de 1990, a *Empowerment Evaluation* é especialmente voltada para contextos em que se deseja promover o fortalecimento institucional e a autodeterminação dos sujeitos envolvidos.

Essa metodologia tem como ponto de partida o princípio de que os participantes do programa são os principais agentes de mudança e, dessa forma, devem estar no centro do processo avaliativo (Fetterman; Wandersman, 2004).

Nesse contexto, o papel da avaliação é o de apoiar a construção de capacidades, promover o aprendizado organizacional e favorecer a melhoria contínua das ações a partir de critérios definidos coletivamente. A abordagem é fundamentada em princípios como a melhoria, a apropriação pela comunidade, a inclusão, a participação democrática, a justiça social, o conhecimento da comunidade, as estratégias baseadas em evidências, a construção de capacidades, a aprendizagem organizacional e a responsabilização (Fetterman, 2005).

A EE é especialmente indicada para grupos que buscam autonomia, empoderamento e melhor performance (Fetterman, 2001). Organizações da sociedade civil, coletivos, movimentos sociais e redes interinstitucionais podem se beneficiar dessa metodologia, assim como programas governamentais com enfoque territorial e participativo e instituições que desejam integrar avaliação e planejamento estratégico de forma horizontal e democrática (Fetterman, 2015). Iniciativas voltadas ao fortalecimento de capacidades locais e à apropriação social dos resultados também se enquadram em seu escopo.

Embora apresente vantagens para projetos que buscam maior autonomia, a EE pode ser inadequada em contextos hierárquicos ou pouco participativos, exigindo análise prévia (Fetterman; Wandersman, 2007). Entre suas principais contribuições estão o fortalecimento das capacidades internas para planejar, monitorar e avaliar ações; a apropriação dos resultados, o estímulo à aprendizagem organizacional e o desenvolvimento de soluções contextualizadas (Fetterman, 2001; Wandersman et al., 2005).

3.3.1. Metodologia

A Empowerment Evaluation pode ser aplicada por meio de três etapas principais, conforme sistematizado por Fetterman (2001):

Etapla 1 - Definição da missão: Os participantes, com apoio técnico, estabelecem de forma participativa a “missão” do programa ou organização, expressando seus valores e propósitos fundamentais.

Etapla 2 - Avaliação inicial (baseline): O grupo realiza uma autoavaliação do desempenho atual em relação aos principais objetivos do programa, utilizando indicadores definidos coletivamente. Comumente, utiliza-se uma escala de um a dez para expressar o nível de percepção de realização de cada objetivo do projeto.

Etapla 3 - Planejamento e monitoramento das ações: Com base nos resultados da autoavaliação, os participantes elaboram planos de ação para a melhoria do desempenho identificado como insatisfatório, caso este seja identificado. Ao longo do tempo, esses planos são monitorados e reavaliados, promovendo ciclos de feedback contínuos.

O protagonismo, nesse tipo de abordagem, é dos próprios beneficiários do projeto, com o papel do avaliador externo sendo o de facilitador, não de perito, atuando para garantir a integridade metodológica do processo, estimular a reflexão crítica e apoiar tecnicamente a construção coletiva do conhecimento.

As ferramentas mais utilizadas na aplicação da Empowerment Evaluation incluem (Betterevaluation, 2021):

Escala de autoavaliação que, normalmente, utilizam a numeração de 1 até 10 para medir a satisfação do grupo em relação a um dos objetivos pré-estabelecidos;

Oficinas participativas;

Elaboração coletiva de mapas de objetivos e indicadores;

Narrativas de mudança (change stories) e sistematizações reflexivas;

Como todo processo avaliativo, a Avaliação para o Empoderamento apresenta um conjunto de boas práticas consolidadas, mas também limitações que precisam ser reconhecidas e geridas ao longo de sua aplicação (BetterEvaluation, 2021). Essa abordagem valoriza o protagonismo dos atores locais e a construção coletiva de conhecimento, promovendo a aprendizagem organizacional e a corresponsabilidade pelos resultados. Entre as práticas mais recomendadas estão:



Garantia de um ambiente de confiança, escuta ativa e respeito mútuo;



Presença da representatividade e da equidade na participação;



A manutenção da clareza dos objetivos avaliativos e dos papéis de cada ator



A utilização de uma linguagem acessível e ferramentas pedagógicas adequadas ao perfil do grupo;



Conhecimento profundo dos problemas e pontos a serem melhorados;



A integração dos resultados da avaliação ao planejamento e à tomada de decisão.

No tocante às limitações e desafios, a EE requer atenção a aspectos estruturais e operacionais que podem comprometer sua efetividade:



A abordagem da EE demanda tempo e investimento nos processos formativos;



Necessidade do acompanhamento por facilitadores experientes;



A efetividade depende do grau de motivação, coesão e engajamento dos participantes;



Por se tratar de uma metodologia na qual os membros da própria comunidade realizam a avaliação, pode haver um certo enviesamento no resultado.

Em síntese, a Avaliação para o Empoderamento é uma abordagem potente, mas que requer condições institucionais e relacionais favoráveis. Seu êxito depende da criação de ambientes de aprendizagem coletiva sustentados por ética, transparência e compromisso com a transformação social — elementos que distinguem a participação simbólica de uma participação genuinamente emancipadora.

3.3.2. Estudo de Caso

O estudo “A Avaliação para o Empoderamento em um Contexto de Prevenção de HIV em Nível Urbano” de Phillips et al. (2019) empregou uma metodologia de Avaliação de Empoderamento (AE) de forma adaptada para realizar uma avaliação em larga escala de programas de prevenção do HIV em Chicago. A AE, por sua natureza, busca capacitar os stakeholders do programa para conduzir suas próprias avaliações, promovendo a autossuficiência e o uso contínuo de dados para melhoria.

A equipe de avaliação, denominada “Evaluation Center” (formada pela Northwestern University e AIDS Foundation of Chicago), desenvolveu uma abordagem inovadora para trabalhar simultaneamente com 20 programas de prevenção de HIV em 15 agências delegadas financiadas pelo Departamento de Saúde Pública de Chicago (CDPH). Diferentemente das abordagens tradicionais de AE (como a de 3 ou 10 passos), esta adaptação foi desenhada para lidar com a vasta gama de experiência em avaliação entre as agências participantes.

Os pilares dessa metodologia adaptada incluíram:

Foco na Criação de Materiais de Avaliação: A avaliação centrou-se no desenvolvimento e implementação de seis tipos de materiais essenciais para cada agência;

Modelo Lógico: Para visualizar a teoria da mudança do programa.

Ferramenta de Coleta de Dados: Instrumentos para coletar informações sobre os participantes e resultados.

Matriz de Alinhamento da Medição de Resultados: Para garantir que os dados coletados fossem relevantes para os objetivos.

Planilha de Coleta de Dados: Ferramentas personalizadas, muitas vezes em Excel, para facilitar a entrada e o gerenciamento de dados pelas agências.

Ferramentas de Avaliação de Fidelidade: Para garantir que as intervenções fossem implementadas conforme o planejado.

Manual do Programa: Documentação detalhada dos procedimentos da intervenção.

Assistência Técnica Consistente: O "Evaluation Center" ofereceu apoio contínuo, adaptado às necessidades específicas de cada agência. Isso incluiu:

Lançamento do Projeto: Reuniões iniciais para introduzir o projeto, definir papéis e responsabilidades, e realizar visitas presenciais às agências para avaliar sua prontidão.

Assistência Técnica Específica para cada Agência: Chamadas de conferência regulares para discutir a implementação da intervenção, o status do desenvolvimento dos materiais de avaliação e, posteriormente, a coleta e análise de dados. A frequência dessas chamadas diminuía à medida que as agências progrediam.

Assistência Técnica Abrangente: Webinars públicos foram realizados sobre temas comuns (e.g., recrutamento e retenção de participantes, coleta e entrada de dados), com a participação de especialistas tanto do "Evaluation Center" quanto das agências delegadas, visando aumentar o conhecimento e a capacidade de avaliação.

Atividades de Avaliação de Resultados: O "Evaluation Center" capacitou as equipes de campo para coletar dados de qualidade, ajudou a desenvolver planilhas de dados e verificou a qualidade dos dados compartilhados. Também forneceu feedback imediato por meio de fórmulas básicas e visualizações dentro das planilhas e, posteriormente, relatórios de dados de resultados abrangentes com visualizações para informar decisões programáticas.

A metodologia foi justificada pela necessidade de uma abordagem holística para avaliar programas de prevenção do HIV em nível urbano, considerando a complexidade do ambiente de implementação e a diversidade de intervenções financiadas.

A decisão de adotar a Avaliação de Empoderamento (AE) como metodologia central foi multifacetada, profundamente enraizada no contexto dos programas de prevenção de HIV e nos objetivos estratégicos do financiador (CDPH). Razões Primárias:

Foco na Capacitação e Propriedade do Cliente: A principal justificativa para a escolha da AE foi o objetivo primordial de colocar o cliente ou beneficiário, e não o avaliador externo, no comando da condução da avaliação específica de cada local.

Promoção da Melhoria Contínua do Programa: A AE permite que as organizações coletem evidências continuamente sobre os processos e resultados de suas intervenções. Isso facilita a reflexão constante e a melhoria programática, o que é preferível a avaliações tradicionais que oferecem evidências e recomendações em um único ponto no tempo.

Abordagem Holística para a Prevenção do HIV: O contexto urbano de Chicago, com suas altas taxas de novas infecções por HIV, exigia uma avaliação que pudesse considerar o ecossistema complexo de programas de prevenção. A AE ofereceu um quadro para avaliar um portfólio diversificado de intervenções de forma coesa, mas sensível às especificidades locais.

Abordagem às Limitações de Recursos e Capacidade: Muitas agências de prevenção do HIV, tanto em Chicago quanto em outras partes dos EUA, operam com recursos escassos e têm pouca ou nenhuma capacidade para realizar atividades de avaliação de programas. A AE foi vista como uma solução para construir essa capacidade internamente, em vez de depender exclusivamente de avaliadores externos.

Em suma, a escolha da AE foi estratégica para alinhar os objetivos de melhoria programática, capacitação organizacional e responsabilidade social em um contexto de saúde pública complexo e com recursos limitados.

Os achados do estudo revelam o sucesso da abordagem adaptada da AE na promoção da capacidade de avaliação e da melhoria do programa, mas também destacam desafios inerentes à sua implementação em um contexto de grande escala. O "Evaluation Center" mediu sua fidelidade aos princípios da AE de Fetterman e Wandersman, obtendo os seguintes resultados:

Melhoria: O projeto foi visto como uma oportunidade para a melhoria contínua das agências (capacidade de avaliação, intervenções), do CDPH (interação e financiamento futuro) e do próprio "Evaluation Center" (compreensão da prevenção do HIV).

Propriedade da Comunidade: As agências tiveram controle sobre as decisões finais em seus modelos lógicos e foram responsáveis pela coleta e entrada de dados, com o "Evaluation Center" atuando como um "coach" de avaliação.

Inclusão: Houve esforço para envolver tanto a equipe de campo quanto a direção nas atividades de avaliação, garantindo materiais culturalmente relevantes e maior probabilidade de implementação das recomendações.

Participação Democrática: O diálogo aberto foi incentivado, e as decisões finais foram baseadas na contribuição de todos, mesmo quando o "Evaluation Center" sugeriu um caminho diferente.

Justiça Social: A abordagem enfatizou a inclusão de populações marginalizadas, visando melhorar a programação e a capacidade das partes interessadas em atender a essas comunidades desproporcionalmente afetadas pelo HIV.

Conhecimento da Comunidade: As agências foram consideradas especialistas da comunidade, com sua experiência na criação de ferramentas de coleta de dados culturalmente apropriadas e na colaboração com os clientes.

Estratégias Baseadas em Evidências: A equipe promoveu adaptação de intervenções baseadas em evidências (EBIs) e uso de dados para informar a criação de novas intervenções, além de garantir a robustez da evidência coletada.

Construção de Capacidade: Foi um objetivo central, alcançado por meio de assistência técnica individual e geral (webinars), e o impacto foi monitorado por meio de uma pesquisa de capacidade de avaliação.

Aprendizagem Organizacional: Relatórios de visualização de dados facilitaram interpretação e uso de dados para aprimoramento programático, e discussões sobre lições aprendidas ajudaram as agências e o CDPH a aprimorar processos.

Responsabilidade: O foco mudou da mera apresentação de escopos para a responsabilidade pelos resultados, com o "Evaluation Center" ajudando agências e o CDPH a navegar nessa transição.

O estudo conclui que o modelo adaptado da AE demonstra um potencial promissor para ganhos significativos na capacidade de avaliação das agências e na geração de dados de resultados em vários níveis. Ele ressalta a capacidade de envolver um grande número de entidades em atividades de avaliação de forma eficaz.

Este estudo de caso é um exemplo valioso de como a Avaliação para o Empoderamento pode ser adaptada para contextos complexos e de grande escala, especialmente em políticas públicas. Ele valida a premissa de que, ao capacitar as agências e comunidades para liderar seus próprios processos de avaliação, é possível coletar dados essenciais e fomentar uma cultura de aprendizagem, melhoria contínua e responsabilidade. Contudo, a experiência destaca que o sucesso depende de um investimento em assistência técnica, na gestão dos desafios da escala e diversidade de capacidades, e no apoio das entidades financiadoras. O equilíbrio entre a flexibilidade para o empoderamento local e a necessidade de alguma padronização para análises agregadas continua sendo uma consideração crítica para futuras implementações.

3.4. Cartografia Participativa

A cartografia participativa — também chamada de mapeamento participativo — é uma abordagem que propõe a construção coletiva de mapas com base no conhecimento, vivências e percepções das comunidades locais. Diferentemente da cartografia tradicional, que tende a refletir uma visão hegemônica e estatal do território, a cartografia participativa visa democratizar a produção do saber geográfico, permitindo que os próprios sujeitos representem seus territórios, usos tradicionais, conflitos, potencialidades e vulnerabilidades. Trata-se, portanto, de uma metodologia crítica e emancipadora, voltada à gestão social do território e ao fortalecimento de processos de pertencimento e reivindicação de direitos (Tomaz, 2020).

A cartografia participativa pode ser compreendida como uma prática que rompe com a ideia de mapa enquanto representação objetiva e neutra do território. Ao contrário da visão tradicional, que associa o mapa a um “espelho da natureza”, Harley (1989) argumenta que toda produção cartográfica é atravessada por valores sociais, políticos e culturais, e funciona como uma forma de poder-saber. Nesse sentido, a cartografia participativa é aquela que reconhece o caráter socialmente construído dos mapas e busca envolver sujeitos locais no processo de representação espacial, ampliando a pluralidade de narrativas sobre o território.

A cartografia participativa surgiu como extensão das práticas de *Participatory Rural Appraisal* (PRA), e consolidou-se nos anos 1990.

Essa prática é definida como o uso integrado de métodos de mapeamento comunitário (croquis, mapas mentais, maquetes 3D, ortofotos) e ferramentas digitais para transformar o conhecimento local em informação espacial sistematizada. O objetivo é empoderar comunidades marginalizadas, legitimar seus saberes e criar canais de comunicação com governos e instituições. (Rambaldi et al., 2006, p. 2)

De modo geral, essa metodologia busca produzir representações que expressem tanto o espaço vivido quanto suas dimensões simbólicas e afetivas. Os mapas finais, portanto, não se limitam a representar aspectos físicos do território, mas funcionam como instrumentos de mobilização, diagnóstico socioambiental e planejamento participativo, sendo especialmente úteis em contextos de disputa territorial, gestão ambiental e elaboração de planos diretores.

Trata-se de uma metodologia especialmente relevante para comunidades que historicamente tiveram suas vozes silenciadas e marginalizadas pela cartografia oficial — como povos indígenas, comunidades tradicionais e grupos periféricos urbanos. Ao deslocar o mapa do âmbito exclusivo do Estado ou da ciência para o campo do diálogo social, o mapeamento participativo democratiza o acesso à representação espacial, possibilitando que diferentes grupos inscrevam sua visão de mundo no papel cartográfico (Harley, 1989).

O mapeamento participativo e afetivo é uma metodologia que pode ser aplicada junto às comunidades tradicionais, populações indígenas, grupos periféricos urbanos e demais coletivos que buscam maior autonomia e protagonismo na gestão de seus territórios. Seu objetivo é integrar a perspectiva local aos processos de planejamento territorial e socioambiental, reconhecendo e valorizando o conhecimento popular como elemento fundamental para compreender usos, conflitos, potencialidades e necessidades do território. Nessa perspectiva, a metodologia amplia a representatividade e fortalece o empoderamento comunitário (Tomaz, 2020).

Sua aplicação contribui para romper a visão hegemônica dos mapas produzidos exclusivamente por órgãos estatais, incorporando as percepções, memórias e afetos dos próprios moradores (Tomaz, 2020).

Nesse sentido, aplicar a cartografia participativa significa democratizar o processo de representação espacial, permitindo que diferentes comunidades expressem seus próprios saberes, memórias e narrativas sobre os lugares que habitam. Isso é particularmente importante em contextos de conflito socioambiental, disputas territoriais ou políticas públicas que impactam populações vulneráveis. Incorporar a perspectiva comunitária nos mapas não apenas amplia a legitimidade social das representações, mas também fortalece a autonomia dos grupos envolvidos, ao reconhecer seus conhecimentos como parte válida da produção cartográfica (Harley, 1989).

Além disso, a participação ajuda a desnaturalizar a retórica de neutralidade que costuma acompanhar os mapas oficiais.

Quando a comunidade toma parte no processo, torna-se mais evidente que o mapa não é o território em si, mas uma construção social que pode ser apropriada de diferentes maneiras para planejar, reivindicar direitos ou resistir a formas de exclusão espacial. Segundo o Banco Mundial Participation Sourcebook, abordagens desse tipo aumentam o comprometimento local, reduzem resistências e geram soluções mais sustentáveis, pois envolvem stakeholders diretamente na definição de estratégias e decisões (Banco Mundial, 1996).

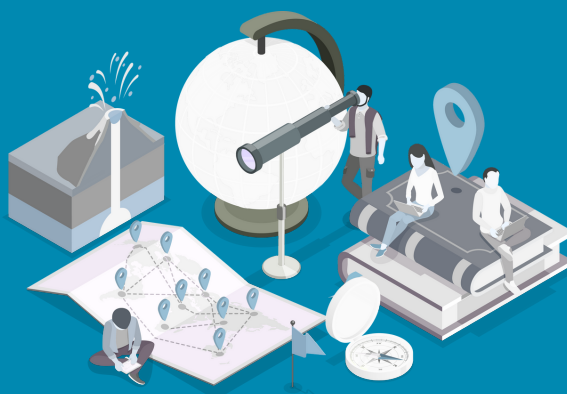
Por fim, Acselrad (2010) reforça que os mapas atribuem poder. Historicamente, foram usados para expropriar comunidades, mas hoje são ressignificados como contra-mapeamentos, instrumentos de resistência, reconhecimento de direitos e fortalecimento identitário. Aplicar a cartografia social é importante porque:

democratiza o acesso à representação do espaço, antes monopolizada pelo Estado;

fortalece lutas territoriais e disputas jurídicas (ex.: reconhecimento de quilombos, terras indígenas);

articula identidades políticas e culturais a partir do território;

questiona projetos de desenvolvimento hegemônicos, criando alternativas ancoradas nos modos de vida locais.



3.4.1. Metodologia

A aplicação envolve processos colaborativos de construção do mapa, nos quais se reconhece que selecionar, omitir, classificar e simbolizar elementos do espaço nunca é uma operação neutra. Harley (1989) mostra que essas escolhas sempre carregam intencionalidades e efeitos de poder. Em um contexto participativo, portanto, essas decisões são compartilhadas com os atores sociais envolvidos, de forma a revelar conhecimentos locais, práticas culturais e sentidos do território que escapam à cartografia técnica. Isso significa “ler nas entrelinhas” e reconhecer que mapas são textos sociais, abertos à interpretação e negociação.

O processo começa com a aproximação e construção de confiança junto à comunidade, apresentando objetivos e garantindo clareza sobre a utilidade do trabalho (Tomaz, 2020). As oficinas e dinâmicas podem incluir:



Mapas mentais e falados – Representações livres feitas no chão, mesas ou papel, usando objetos e referências locais para marcar elementos importantes (moradias, áreas de trabalho, espaços de lazer).



Croquis – Desenhos mais estruturados, muitas vezes derivados dos mapas mentais, para registrar a memória cartográfica do grupo. Para elaboração dos desenhos pode-se utilizar de papel kraft, canetas coloridas, uso de símbolos definidos coletivamente.



Fotografias aéreas ou imagens de satélite – Utilizadas para localizar elementos, analisar ocupação do solo e complementar o mapeamento.



Fotomapas e ortofotos - As comunidades desenharam em cima de imagens aéreas/satélite corrigidas;



Registro por GPS – Georreferenciamento dos pontos levantados nas etapas anteriores para a construção de mapas finais.



Construção participativa de legendas – Definição conjunta de símbolos e escalas para representar elementos relevantes, reforçando a apropriação do produto pela comunidade.



Mapeamento afetivo - Desenhos e palavras-chave que expressem as relações emocionais com o território (Tomaz, 2020).

No caso do mapeamento afetivo, a ênfase recai sobre a percepção e os sentimentos associados aos lugares. Os participantes identificam espaços de pertencimento (lugares) e de estranhamento ou desvalorização (não-lugares), possibilitando ressignificações no planejamento da paisagem.

A cartografia participativa combina instrumentos simples de expressão comunitária (mapas mentais, croquis, oficinas de desenho) com recursos tecnológicos (GPS, SIG, imagens de satélite), além de técnicas qualitativas (história oral, entrevistas, dinâmicas de grupo). A escolha depende do público-alvo, dos recursos disponíveis e do objetivo da ação — seja fortalecer lutas territoriais, apoiar o planejamento ambiental ou promover processos educativos. Algumas das ferramentas utilizadas são:



Oficinas de desenho coletivo: moradores produzem croquis, desenhos e esboços, representando os elementos que consideram relevantes (rios, trilhas, áreas de uso, lugares de memória). Possibilita identificar conflitos, fragilidades e potencialidades territoriais e estimula o diálogo comunitário.



Técnicas de georreferenciamento: uso de GPS, imagens de satélite e Sistemas de Informação Geográfica (SIG). Essas ferramentas não têm a função de validar tecnicamente os mapas, mas de apoiar a apropriação crítica da cartografia pela comunidade.



Entrevistas e história oral: registro da memória coletiva por meio de entrevistas, depoimentos e narrativas orais é fundamental para resgatar territorialidades invisibilizadas. Amplia o caráter social da cartografia, valorizando os saberes locais.



Dinâmicas participativas: rodas de conversa, análise SWOT (FOFA), dramatizações e caminhadas pelo território. Essas técnicas permitem associar a leitura espacial a processos de educação crítica e mobilização social, fortalecendo o engajamento dos participantes.



Integração com práticas educativas: oficinas em escolas, atividades com crianças e jovens e produção de cartoretratos coletivos. Métodos reforçam a dimensão formativa do mapeamento, contribuindo para a transmissão intergeracional de saberes.

A aplicação da cartografia participativa como metodologia demanda atenção a um conjunto de boas práticas que assegurem sua eficácia e legitimidade social, além de garantir que o processo seja conduzido de forma ética e transparente, sendo estas:



Clareza de propósito: O sucesso da aplicação depende de que todos os envolvidos compreendam para quem e para que o mapa será feito. O pesquisador deve explicitar desde o início os objetivos do estudo, o uso previsto dos resultados e os benefícios esperados, evitando interpretações equivocadas ou uso indevido do material produzido (TOMAZ, 2020).



Uso da toponímia local e referências compreensíveis: Priorizar nomes, marcos e símbolos reconhecidos pela comunidade aumenta a apropriação dos produtos e reforça a legitimidade do processo. Essa prática também ajuda a traduzir o conhecimento técnico para o contexto vivido pelos participantes (TOMAZ, 2020).

Inclusão de diferentes grupos: Garantir a participação de mulheres, jovens, idosos e outros segmentos garante que o mapa represente múltiplas perspectivas e evita a concentração de decisões nas mãos de poucos. O World Bank Participation Sourcebook (1996) enfatiza que processos inclusivos tendem a gerar maior compromisso e sustentabilidade das ações.

Integração de saberes diversos: Combinar conhecimentos técnicos (cartografia, geoprocessamento) com saberes tradicionais e afetivos amplia a profundidade do diagnóstico e fortalece a validade social dos resultados.

Transparência e devolutiva: fundamental que os produtos finais sejam compreendidos e validados pelos participantes antes de qualquer divulgação externa, garantindo que eles se reconheçam no resultado e possam corrigir eventuais equívocos (TOMAZ, 2020).

Para além do uso de boas práticas, é essencial reconhecer as limitações técnicas, políticas e contextuais que podem influenciar a implementação e os resultados, permitindo que o pesquisador antecipe desafios e adote estratégias adequadas para mitigá-los. Algumas destas limitações são:

Dependência de apoio técnico especializado: Muitas etapas demandam habilidades em cartografia, interpretação de imagens e uso de GPS. Em comunidades sem acesso a esse apoio, a execução pode ser prejudicada, exigindo parcerias externas (TOMAZ, 2020).

Risco de conflitos em contextos sensíveis: Em áreas com disputas territoriais ou histórico de desconfiança em relação ao Estado, a presença de determinados atores externos pode gerar resistência ou inviabilizar a participação (TOMAZ, 2020).

Desafios de representatividade: Se o processo não incluir ativamente grupos menos visíveis ou marginalizados, corre-se o risco de reforçar desigualdades internas, comprometendo a legitimidade do mapa como expressão coletiva (Banco Mundial, 1996).

Sensibilidade política dos resultados: Mapas que evidenciam conflitos fundiários, áreas de interesse econômico ou fragilidades ambientais podem gerar tensões com agentes públicos e privados. Nesses casos, é necessário adotar estratégias de divulgação e proteção de dados para evitar riscos aos participantes (TOMAZ, 2020).

Tempo e recursos necessários: A construção de confiança, a realização de oficinas e a consolidação dos produtos exigem prazos mais longos e investimentos consistentes, o que pode ser incompatível com cronogramas rígidos de projetos (Banco Mundial, 1996).

3.4.2. Estudo de Caso

O estudo “A cartografia social participativa desvelando territorialidades pesqueiras em Maxaranguape (Rio Grande do Norte, Brasil)” teve como propósito central identificar e dar visibilidade às territorialidades tradicionais ligadas à pesca artesanal, em um cenário marcado pela ausência de legislação que assegure o reconhecimento e a proteção desses territórios. Como destacam Bonfá Neto e Santos (2024), a invisibilidade jurídica e cartográfica tem contribuído para borrar a identidade cultural dos pescadores – em especial dos jangadeiros – que enfrentam ameaças materiais e simbólicas à continuidade de seu modo de vida tradicional.

A metodologia adotada foi qualitativa e, sobretudo, participativa. A pesquisa envolveu trabalho de campo, observação participante, entrevistas semiestruturadas com pescadores e seus familiares e, principalmente, a realização de oficinas de cartografia social participativa. Nessas oficinas, a comunidade foi convidada a construir coletivamente os mapas de seu território pesqueiro, transformando práticas, memórias e percepções em registros gráficos que articulam identidade, memória e territorialidade.

Segundo os autores, a oficina realizada em Caraúbas, distrito de Maxaranguape, constituiu-se como um espaço de diálogo horizontal, onde os pescadores não apenas forneceram informações, mas atuaram como coprodutores do conhecimento (Bonfá Neto; Santos, 2024, p. 7). Esse caráter participativo se fez presente em diferentes momentos. Durante a elaboração dos mapas, os pescadores discutiam a localização exata de áreas de pesca, pontos de encontro e símbolos culturais, demonstrando consciência espacial e protagonismo na representação de seu território. A versão final dos mapas – elaborada em diálogo constante com a comunidade – incluiu desde os pontos de pesca em arrecifes e lagoas até elementos do cotidiano local, como ranchos, fábricas de gelo e o “bar molhado”, espaços fundamentais para a sociabilidade pesqueira. Assim, os mapas expressaram não apenas a dimensão geográfica, mas também a simbólica e cultural da vida jangadeira.

O processo possibilitou três resultados centrais: (i) o resgate e registro das memórias territoriais vinculadas a práticas e lugares de pesca; (ii) o fortalecimento da autoconsciência cultural dos jangadeiros, que passaram a se reconhecer como sujeitos ativos na produção de conhecimento; e (iii) a criação de registros cartográficos que funcionam como instrumentos políticos de legitimação e resistência frente às pressões externas.

Como ressaltam os autores, “[...] políticas públicas às comunidades tradicionais pesqueiras não devem ficar restritas apenas ao espaço marítimo ou terrestre, mas devem enfocar todo o território pesqueiro [...]” (Bonfá Neto, 2023, p. 383).

Os achados demonstram que a cartografia social participativa foi fundamental para compreender, delimitar e proteger os territórios tradicionais de pesca em Maxaranguape, oferecendo suporte à luta por reconhecimento jurídico e político. Além disso, fortaleceu a identidade coletiva dos pescadores ao evidenciar lugares de memória e práticas culturais, promovendo uma nova visibilidade social e cultural desses territórios. A experiência em Maxaranguape mostra que a cartografia social participativa não é apenas um recurso técnico de representação espacial, mas um dispositivo de resistência, memória e afirmação identitária. Ao conjugar saberes locais, mobilização comunitária e produção de mapas simbólicos e políticos, a metodologia reafirma a centralidade da participação dos sujeitos na construção de alternativas frente à vulnerabilidade e ao apagamento de modos de vida tradicionais (Bonfá Neto; Santos, 2024).



3.5. Mapeamento de Conceitos

O Mapeamento de Conceitos é uma metodologia gráfica e estruturada para organizar, representar e explorar conhecimento. Desenvolvido por Joseph D. Novak, com forte influência da teoria da aprendizagem significativa de David Ausubel, o Mapeamento de Conceitos permite que indivíduos e grupos construam representações visuais das relações entre ideias, conceitos e processos (Novak, 1990). A metodologia foi, então, aprimorada por William Trochim, que definiu o Mapeamento de conceitos como “um tipo de conceituação estruturada que pode ser usada por grupos para desenvolver uma estrutura conceitual que pode orientar a avaliação ou o planejamento” (1989). Essas representações assumem a forma de diagramas hierárquicos ou em rede, nos quais os conceitos são conectados por proposições logicamente articuladas (Novak, 2010; Trochim, 1989).

O mapeamento de conceitos é recomendado para pesquisadores e membros de comunidades envolvidas em projetos participativos - especialmente quando se busca representar e integrar múltiplas perspectivas (Trochim, 1989). Dentre os grupos que podem se beneficiar desse método de monitoramento e avaliação, é possível apontar equipes técnicas e gestores de programas e projetos, grupos que atuam em contextos interdisciplinares ou multiculturais e que precisam alinhar entendimentos sobre conceitos-chave (BetterEvaluation, 2025a).

Ademais, participantes de processos formativos, oficinas de planejamento ou revisão estratégica e avaliadores que desejem compreender como os atores envolvidos interpretam e organizam cognitivamente os componentes de uma intervenção podem se beneficiar desse tipo de abordagem para a melhoria dos seus projetos (Kinchin, 2014).

No campo do monitoramento e avaliação, essa metodologia tem sido amplamente utilizada para apoiar processos participativos de construção de indicadores, para elucidar percepções de diferentes atores sobre programas e para facilitar o alinhamento conceitual entre equipes. Também é empregada em pesquisas qualitativas e em contextos educacionais e organizacionais com foco em aprendizagem e desenvolvimento de capacidades.

O objetivo do Mapeamento de Conceitos é a facilitação da exploração coletiva de temas complexos, com a promoção da compreensão mútua, da identificação de prioridades e da tomada de decisões conjuntas entre pesquisadores e participantes (Dixon, 2009). Dentre suas características, é possível apontar: a participação ativa, na qual os participantes podem contribuir com ideias que serão agrupadas, organizadas e analisadas de forma coletiva, a produção de diagramas ou mapas que ilustram como os conceitos mapeados se relacionam, o foco colaborativo com o incentivo ao diálogo e à negociação de diferentes pontos de vista.

Além disso, a promoção de uma análise mista que pode incluir tanto métodos qualitativos quanto quantitativos e, por fim, essa abordagem se mostra extremamente útil para o planejamento e a avaliação de tarefas e projetos pois ajuda na definição de metas, estratégias ou áreas prioritárias em projetos comunitários e de pesquisa (Novak, 2010; Cañas e Novak, 2014).

O Mapeamento de Conceitos traz uma gama de vantagens em sua aplicação, como a facilitação da explicação de pressupostos e interpretações diversas sobre conceitos, objetivos, estratégias e impactos de um determinado programa e a contribuição para a construção de indicadores e teorias de mudança que permitem o alinhamento conceitual e a coesão analítica entre os envolvidos (BetterEvaluation, 2025a). Essa metodologia de avaliação também promove um apoio significativo à aprendizagem - especialmente quando se trata de processos de formação e capacitação institucional - além de permitir o monitoramento de mudanças na compreensão dos participantes ao longo do tempo, desde que aplicado em momentos distintos em um mesmo projeto (Novak, 2010; Cañas e Novak, 2014). Por fim, a metodologia de mapear conceitos torna visível as inter-relações entre conceitos, favorecendo a análise da complexidade do caso estudado.

3.5.1. Metodologia

A aplicação do mapeamento de conceitos segue um conjunto de etapas sequenciais e interdependentes, que buscam transformar ideias dispersas em representações visuais organizadas e compartilhadas. Esse processo, amplamente descrito em referências como BetterEvaluation (2021), combina rigor metodológico com flexibilidade adaptativa, permitindo que diferentes grupos e contextos de avaliação se apropriem da técnica conforme suas necessidades.

O primeiro passo consiste na preparação e definição do foco, momento em que se identifica o tema central ou a questão avaliativa que orientará a construção do mapa. Essa definição deve ser feita de forma participativa, assegurando que o problema a ser explorado tenha relevância comum para os envolvidos e clareza suficiente para guiar as etapas subsequentes.

Em seguida, realiza-se o levantamento de conceitos-chave e afirmações, no qual os participantes são convidados a listar ideias, percepções e elementos que associam ao tema, baseando-se em experiências, documentos ou discussões anteriores. Essa fase é essencial para reunir diferentes pontos de vista e capturar tanto o conhecimento tácito quanto o formal do grupo.

O passo seguinte envolve o agrupamento e ranqueamento dos conceitos-chave, onde o grupo classifica e organiza as ideias segundo sua importância, relação de dependência e nível de abstração. Esse processo de priorização ajuda a estruturar a base conceitual sobre a qual o mapa será construído, estimulando debates e negociação de sentidos.

A etapa de construção do mapa representa o momento de síntese visual: os conceitos são organizados hierarquicamente — do mais geral ao mais específico — ou dispostos em rede, conectados por palavras de ligação que expressam o tipo de relação existente entre eles (causal, de consequência, de hierarquia, de complementaridade etc.). O resultado é uma representação gráfica do raciocínio coletivo, que torna explícitas as conexões e lacunas na compreensão compartilhada do tema.

Na sequência, ocorre a interpretação do mapa, uma etapa de reflexão e validação conjunta. O grupo analisa o significado das relações estabelecidas e discute se o mapa reflete adequadamente as percepções e intenções do coletivo. Essa discussão é fundamental para garantir que o produto visual não seja apenas uma síntese técnica, mas uma construção legitimada e compreensível para todos os participantes.

Por fim, o mapa é incorporado à etapa de uso dos dados, na qual ele se torna um instrumento para análise qualitativa, diagnóstico conceitual ou planejamento de ações. O grupo discute como os resultados serão utilizados — seja para estruturar relatórios avaliativos, revisar teorias de mudança ou orientar decisões estratégicas. Assim, o mapeamento conceitual cumpre uma dupla função: apoiar a reflexão coletiva e fornecer insumos concretos para a formulação e o monitoramento de políticas e programas.

Entre as ferramentas e recursos que podem apoiar o processo, destacam-se: o uso de papéis grandes, cartões ou post-its para construção física dos mapas em oficinas; softwares de mapeamento digital, como CmapTools, MindMeister, XMind ou Lucidchart, que permitem representação colaborativa e interativa; guias de perguntas norteadoras que auxiliam na identificação e hierarquização de conceitos; códigos de cores ou símbolos visuais para representar diferentes tipos de relação; e práticas de tempestade de ideias e rotulação colaborativa, que estimulam a construção conjunta de significados e a documentação das regras de ligação.

A aplicação do mapeamento de conceitos em processos participativos requer atenção tanto aos aspectos metodológicos quanto às dinâmicas coletivas que emergem durante sua construção. Entre as boas práticas mais recorrentes, destaca-se a participação ativa dos envolvidos na identificação e conexão entre os conceitos centrais. O processo torna-se mais significativo quando os participantes se reconhecem como coautores da representação construída, e não apenas como informantes. Essa coprodução favorece o diálogo entre diferentes perspectivas e estimula a aprendizagem colaborativa.

Outro princípio fundamental é a clareza comunicativa. Evitar jargões excessivamente técnicos e garantir a acessibilidade das proposições amplia a compreensão e a apropriação dos resultados pelos diferentes públicos. A revisão contínua dos mapas também é recomendada, pois permite incorporar novos aprendizados e ajustar as relações conceituais à medida que a reflexão coletiva se aprofunda. Dessa forma, o mapa conceitual deixa de ser um produto estático e passa a constituir um instrumento dinâmico de gestão do conhecimento, que pode orientar decisões estratégicas, planejamento e avaliação.

Contudo, o uso dessa técnica apresenta limitações e restrições importantes. A elaboração de mapas conceituais pode demandar tempo e mediação especializada, especialmente em grupos heterogêneos ou com pouca familiaridade com abstrações conceituais. Em alguns contextos, há o risco de simplificação excessiva dos fenômenos analisados, caso o processo seja conduzido de forma prescritiva ou sem reflexão crítica suficiente. O mapeamento exige, portanto, neutralidade e escuta ativa por parte do facilitador, garantindo que todas as perspectivas sejam consideradas e que os vínculos estabelecidos entre os conceitos reflitam o pensamento coletivo, e não apenas a visão dominante do grupo.

Além disso, é importante reconhecer que o grau de engajamento dos participantes pode variar. Em determinados casos, pode haver resistência inicial à técnica, sobretudo quando os objetivos da atividade não estão claramente vinculados à prática cotidiana ou às decisões concretas do grupo. Para mitigar esses desafios, recomenda-se combinar o mapeamento conceitual com momentos de reflexão guiada e de aplicação prática dos resultados, fortalecendo o vínculo entre o conhecimento produzido e sua utilidade real.

Em síntese, o mapeamento de conceitos é uma ferramenta poderosa para a sistematização de ideias e a construção compartilhada de significados. No entanto, sua efetividade depende do equilíbrio entre rigor metodológico e sensibilidade relacional, exigindo do facilitador uma postura ética, dialógica e reflexiva.

3.5.2. Estudo de Caso

A metodologia de Mapeamento de Conceitos foi utilizada em uma pesquisa realizada no Reino Unido que buscou entender quais são os gaps da busca por melhora da qualidade dos serviços de saúde britânicos - o National Health Service (NHS) - em um cenário de escassez de recursos. Ao utilizar o Mapeamento de Conceitos, a pesquisa buscou “identificar e priorizar as formas como nossa recém-criada Quality Improvement Network (QIN) poderia apoiar profissionais de saúde aliados, terapeutas psicológicos e equipe administrativa em seu trabalho diário para melhorar os resultados e a experiência dos pacientes” (Robinson; Butler; Hackett, p.1, 2023, tradução nossa).

O QIN foi introduzido durante a pandemia de COVID-19 objetivando “fornecer um fórum interativo para desenvolver e compartilhar inovações e apoiar as melhores práticas em relação à melhoria de serviços, auditoria e pesquisa” (Robinson; Butler; Hackett, p.2, 2023, tradução nossa). Com o fim da pandemia, ficou evidente o sucesso do Quality Improvement Network ao atender às suas demandas. Como esse mecanismo se mostrou benéfico, o NHS buscou avaliar o que poderia ser melhorado para que houvesse a continuidade desse projeto para lidar com cenários que não aquele da pandemia de 2020.

Com uma amostra de 34 participantes de uma instituição de excelência do NHS, o estudo foi conduzido em 5 etapas: a geração de ideias e declarações, a redução das declarações, o sorteio de atividades, o ranqueamento dessas atividades e a análise dos dados (Robinson; Butler; Hackett, 2023). Ao fim dessas fases, diversos mapas foram construídos e, dentre estes, os participantes acordaram em um “mapa de agrupamentos com cinco itens (...): (1) suporte de dados; (2) habilidades práticas e treinamento; (3) tempo e recursos; (4) incorporação de uma cultura de QI; e (5) compartilhamento de ideias e trabalho em conjunto.” (Robinson; Butler; Hackett, p.4, 2023, tradução nossa) Os dados obtidos tornaram possível identificar as necessidades dos profissionais de saúde e quais são suas prioridades para a melhora do QIN para garantir a entrega de um serviço de saúde de qualidade.

A conclusão afirma que o Mapeamento de Conceitos fornece uma “abordagem estruturada e sistemática para identificar as necessidades de apoio percebidas por profissionais de saúde aliados, terapeutas psicológicos e equipe de apoio administrativo em relação à QIN” (Robinson; Butler; Hackett, p.1, 2023). Assim, o estudo se mostra uma contribuição valiosa ao mostrar que o Mapeamento de Conceitos é uma abordagem proveitosa em ambientes de saúde quando se busca avaliar um mecanismo e/ou serviço e entender como é possível melhorá-los.

3.5. Análise de Dados e Interpretação Participativa

A Análise de Dados e Interpretação Participativa é uma abordagem metodológica que envolve ativamente os participantes de um programa ou intervenção no processo de compreensão, análise e interpretação dos dados coletados durante ações de monitoramento e avaliação (BetterEvaluation - b). Trata-se de uma prática que se insere no campo das metodologias participativas e visa democratizar o conhecimento produzido, promovendo o diálogo entre diferentes saberes e a ampliação do significado dos dados a partir de experiências vividas (Estrella & Gaventa, 1998; Guijt, 2014).

Ao invés de limitar a análise a especialistas ou avaliadores externos, essa metodologia valoriza a leitura coletiva dos dados, permitindo que múltiplas interpretações enriqueçam a compreensão dos resultados e contribuam para a tomada de decisões mais inclusivas e contextualizadas (Chambers, 2007).

A metodologia é indicada para quem busca aproximar os participantes do projeto ou programa do processo de monitoramento e avaliação dos resultados (BetterEvaluation, 2025b). Podem se beneficiar dela organizações da sociedade civil, redes e coletivos comunitários, projetos com participação social e enfoque territorial, equipes que integram perspectivas qualitativas ao processo avaliativo, além de programas voltados à autonomia analítica dos grupos e pesquisadores ou gestores que valorizam a devolutiva dos dados como parte essencial do ciclo avaliativo.

O uso desse método participativo favorece a aprendizagem organizacional, mediante a reflexão compartilhada e a construção coletiva de sentido dos dados coletados, além de contribuir para a maior precisão contextual na análise permitindo que os dados sejam interpretados por quem vivencia diretamente os processos avaliados e de estimular o uso prático e estratégico das evidências, ao aproximar os dados das decisões cotidianas (Crawford e Bryce, 2003; Estrella e Gaventa, 1998).

A aplicação da Análise de Dados e Interpretação Participativa em ações de monitoramento e avaliação fortalece o protagonismo dos sujeitos envolvidos, promovendo um senso de pertencimento em relação ao processo avaliativo - o que é um dos principais motivos do porquê aplicar essa metodologia. Ademais, há o aumento da legitimidade das interpretações e conclusões, ao considerar múltiplos olhares e experiências, trazendo a comunidade-foco do projeto ou programa para participar do processo de avaliação.

Avaliações que incorporam tal método conseguem desenhar recomendações mais robustas e condizentes com a realidade local, facilitando a elaboração de plano de ações factíveis.

3.6.1. Metodologia

A análise e interpretação participativa constitui uma etapa central nos processos avaliativos colaborativos, pois transforma dados em significados compartilhados e possibilita que os próprios participantes contribuam para a formulação de diagnósticos e recomendações. Sua aplicação pode ocorrer em oficinas, reuniões de devolutiva ou encontros comunitários específicos, sendo adaptável à escala e aos objetivos da avaliação (Guijt, 2014; Chambers, 2007).

O processo inicia-se com a preparação dos dados, etapa em que as informações previamente coletadas são sistematizadas e convertidas em formatos acessíveis — como gráficos, quadros, tabelas, citações ou mapas. A apresentação visual e sintética dos dados busca facilitar a compreensão e despertar o interesse do grupo, criando uma base comum para o diálogo.

Em seguida, realiza-se a apresentação dos dados ao grupo, utilizando uma linguagem clara e adequada ao perfil sociocultural dos participantes. O objetivo é promover entendimento mútuo e engajamento ativo, garantindo que o conteúdo apresentado seja percebido como relevante e compreensível para todos, independentemente de sua formação técnica.

A terceira etapa envolve a leitura coletiva e discussão, mediada por facilitadores que estimulam a identificação de padrões, contradições e hipóteses explicativas. Essa fase é caracterizada por uma troca horizontal de saberes, em que as experiências individuais dos participantes são contrastadas com as evidências empíricas apresentadas. O debate coletivo permite reinterpretar os dados à luz das vivências locais, ampliando a validade contextual das análises.

Posteriormente, o grupo se dedica à construção de sentidos e recomendações, momento em que as interpretações elaboradas são sintetizadas e traduzidas em implicações práticas para o projeto ou programa avaliado. As recomendações emergem como fruto da coprodução entre diferentes perspectivas — técnicas, comunitárias e institucionais — e constituem insumo valioso para o planejamento de ações futuras e o aprimoramento de políticas públicas.

Por fim, a etapa de registro e devolutiva assegura que as análises produzidas sejam documentadas de forma transparente e socializadas com todos os envolvidos. A devolução pode ocorrer em formatos diversos, como relatórios visuais, painéis de resultados, vídeos curtos ou apresentações comunitárias, priorizando sempre a clareza, o acesso e a legitimidade das conclusões.

Entre as ferramentas utilizadas, destacam-se os painéis visuais de dados, as dinâmicas de grupo e os gráficos participativos, que permitem organizar visualmente ideias e percepções. Quadros de perguntas-guia podem orientar a análise coletiva, enquanto métodos narrativos e recursos audiovisuais favorecem o diálogo intergeracional e intercultural.

A condução dessa metodologia requer o cumprimento de boas práticas que assegurem legitimidade e efetividade ao processo. É fundamental garantir que os dados sejam apresentados de forma acessível, respeitando os níveis de letramento, idioma e repertório dos participantes.

A escuta horizontal deve ser incentivada, evitando que interpretações técnicas se imponham sobre leituras populares. Além disso, deve-se promover a diversidade de vozes e respeitar os tempos e dinâmicas do grupo, criando um ambiente de confiança e acolhimento. Os resultados produzidos devem ser incorporados aos relatórios avaliativos, planos de ação e devolutivas institucionais, assegurando que a análise participativa gere transformações concretas.

Apesar de suas potencialidades, a análise participativa apresenta limitações que precisam ser consideradas. Trata-se de um processo que demanda tempo significativo e preparação prévia de materiais de apoio, exigindo facilitadores com competência técnica e sensibilidade política para mediar disputas e assimetrias dentro do grupo. Em contextos marcados por baixa confiança institucional, os dados podem ser interpretados com ceticismo, o que requer transparência e paciência na construção da legitimidade. Ademais, é importante reconhecer que a análise participativa não substitui métodos técnicos específicos: ela deve ser compreendida como complementar, enriquecendo e humanizando a leitura dos resultados produzidos por abordagens quantitativas e qualitativas tradicionais.

Em síntese, a análise e interpretação participativa ampliam a validade e a utilidade das avaliações ao combinar rigor analítico com participação social. Ao transformar dados em significados coletivos, essa metodologia promove a aprendizagem compartilhada, fortalece o vínculo entre avaliadores e participantes e contribui para a construção de políticas públicas mais democráticas e responsivas.



3.6.2. Estudo de Caso

A análise de dados e interpretação participativa foi utilizada no estudo “From effectiveness to sustainability” de Mwale et al. (2021) na avaliação do *Community Score Card*® (CSC), desenvolvido, originalmente, pelo CARE International Malawi em 2002, para avaliar o seu legado e sua possível continuação mesmo após ter sido encerrado - buscou-se, então, entender como e de que forma as atividades do CSC continuam (Mwale et al., 2021). A coleta dos dados para a avaliação do estudo teve 41 grupos focais com membros do *Community Health Advisory Groups* (CHAGs) e grupos de jovens, além de 19 entrevistas semiestruturadas com oficiais de governo no nível local e distrital, equipe do projeto e stakeholders nacionais (Mwale et al., 2021). As sessões de grupos focais e entrevistas foram gravadas, transcritas, traduzidas para o inglês, e codificadas tematicamente usando software (Dedoose) para análise qualitativa (Mwale et al., 2021).

O estudo concluiu que, mesmo após o fim formal das atividades do projeto, a maioria dos grupos vinculados a ele ainda se reúnem e continuam implementando elementos do processo do *Community Score Card*®, entretanto, houve certas modificações.

Os participantes do estudo atribuem a continuidade principalmente ao valor percebido do processo, por ele oferecer um espaço seguro para que grupos marginalizados compartilhem ideias e problemas, bem como às melhorias iniciais geradas pela intervenção (Mwale et al., 2021). No entanto, como em todo projeto, existem obstáculos a serem superados para a sua sustentabilidade: a falta de recursos financeiros e humanos para realizar as etapas do CSC e dificuldades logísticas de convocação e facilitação dessas reuniões de interface (Mwale et al., 2021).

O estudo concluiu afirmando que o CSC é sustentável e que utilizar essa abordagem “apoia mudanças de longo prazo na responsabilização em nível comunitário e promove a voz e a transparência entre os diversos atores.” (Mwale et al., p.68, 2021). Por fim, recomenda-se que futuras intervenções planejem uma fase de transição, incluindo treinamentos de reforço periódicos e algum financiamento mínimo para apoiar os custos operacionais básicos para aumentar a probabilidade de sustentabilidade comunitária (Mwale et al., 2021).

3.7. Arte e Fotonovelas

A arte e as fotonovelas utilizam ferramentas visuais e narrativas que combinam fotografia, texto e elementos gráficos para criar histórias acessíveis e envolventes. Com apelo popular, formato sequencial e estética próxima às revistas ou HQs, traduzem conceitos complexos em linguagem visual clara. Aplicadas como método de pesquisa e intervenção social, tornam-se recursos para explorar experiências vividas, expressar subjetividades e estimular discussões coletivas sobre temas sensíveis (Castleden; Gavin; Golubovic, 2015).

O uso de fotonovelas é indicado para comunidades com diferentes níveis de letramento, grupos que enfrentam barreiras linguísticas ou contextos culturais em que a comunicação visual seja mais eficaz que a escrita formal. É especialmente útil em trabalhos com populações marginalizadas, comunidades indígenas, migrantes, jovens e grupos com menor acesso a meios acadêmicos tradicionais, pois favorece a participação inclusiva e reduz barreiras de engajamento.

As artes e as fotonovelas oferecem uma abordagem participativa que mobiliza tanto o aspecto criativo quanto o crítico dos participantes. Sua aplicação permite:

Comunicar mensagens complexas de forma acessível, sem recorrer a linguagem técnica.

Gerar identificação emocional por meio de personagens e narrativas inspiradas na realidade local.

Promover a coautoria dos participantes na construção de histórias, fortalecendo a agência individual e coletiva.

Favorecer diálogos intergeracionais e interculturais, já que o formato pode ser facilmente adaptado para diferentes públicos.

Como apontam Castleden, Gavin e Golubovic (2015), as fotonovelas podem atuar como instrumentos de pesquisa-ação, articulando coleta de dados, produção cultural e mobilização social em um só processo. Ao unir imagem, narrativa e dramatização, elas expressam os princípios das metodologias participativas descritas por MIDEPLAN (2019), Aubel (2000) e PASOLAC (2001), traduzindo conceitos avaliativos complexos em formas simbólicas e acessíveis que promovem engajamento e compreensão coletiva. As oficinas funcionam como processos de aprendizagem organizacional, nos quais os participantes constroem significados e fortalecem capacidades coletivas. Inspiradas na Evaluación Participativa por Productores (PASOLAC, 2001), as fotonovelas também valorizam o conhecimento local e a troca horizontal entre participantes, enquanto o registro visual das práticas atua como instrumento de devolutiva, documentação e empoderamento.

3.7.1. Metodologia

Antes de detalhar as etapas, a aplicação de fotonovelas requer uma preparação colaborativa com o grupo: alinhar objetivos e público-alvo; mapear temas sensíveis e expectativas; definir papéis (participantes, facilitadores, registro/edição) e cronograma; pactuar a governança de imagens e dados — consentimento informado, possibilidade de revogar, anonimização quando solicitada, créditos de autoria e licenças de uso; estabelecer critérios de acessibilidade (linguagem simples, contraste, legendas) e protocolos de segurança para evitar exposição indevida. Planeje também infraestrutura e canais de circulação (equipamentos, softwares, orçamento para impressão e/ou publicação digital).

Essa base garante um processo ético, inclusivo e útil, sustentando ciclos iterativos de criação, produção, edição, validação comunitária, devolutiva e uso estratégico do material.

Inspirando-se em metodologias teatrais participativas, como o sociodrama, as fotonovelas também se beneficiam de processos encenados e reflexivos que estimulam o aprendizado coletivo. O sociodrama, como apresentado em materiais de *Seguimiento y Evaluación Participativa* (SEP), propõe dramatizar situações cotidianas da comunidade para favorecer a compreensão de conceitos abstratos — como “seguimento” e “avaliação” — por meio da observação, da análise e da discussão sobre personagens e situações familiares. Da mesma forma, a fotonovela pode representar essas vivências de maneira visual, ampliando o alcance da mensagem e promovendo a identificação local.

Superando essa fase inicial, as etapas de aplicação da metodologia envolve:

Construção de confiança e definição de objetivos: antes de iniciar, é fundamental dialogar com a comunidade sobre o propósito da atividade, alinhando expectativas e garantindo que o conteúdo seja relevante.

Oficinas de criação coletiva: os participantes discutem temas centrais, desenvolvem enredos e definem personagens, incorporando experiências e questões locais.

Produção fotográfica: as cenas são fotografadas com a participação direta da comunidade, seja como atores, diretores ou fotógrafos.

Edição e inserção de legendas: as imagens são organizadas sequencialmente, com textos curtos que reforçam a narrativa.

Validação comunitária: o material é apresentado ao grupo para revisão, garantindo fidelidade à experiência e legitimidade na representação.

A aplicação das fotonovelas combina recursos tecnológicos, pedagógicos e artísticos, que devem ser escolhidos conforme o contexto e as condições disponíveis.

Entre as ferramentas mais úteis estão:

- Câmeras digitais ou smartphones, garantindo acessibilidade e qualidade visual.
- Softwares de edição e diagramação, como Canva, Photoshop, GIMP ou outras plataformas gratuitas e colaborativas.
- Técnicas de storyboarding para o planejamento narrativo e visual das cenas.
- Grupos de storytelling, que favorecem a construção de roteiros baseados em experiências reais (Kankainen, 2012).
- Oficinas participativas de teatro e encenação, que ampliam a expressão corporal e emocional dos participantes (Castleden, Gavin & Golubovic, 2015).
- Mesas consultivas comunitárias, que asseguram a representatividade da comunidade e contribuem para decisões éticas sobre o uso das imagens e narrativas.
- Materiais impressos e audiovisuais para divulgação e circulação local.

A adoção da metodologia das fotonovelas exige atenção cuidadosa aos princípios éticos, comunicativos e participativos. É fundamental garantir a coautoria e participação ativa dos envolvidos, assegurando que a comunidade protagonize todas as etapas — da concepção à edição final — evitando práticas extrativas ou representações distorcidas. A sensibilidade cultural deve orientar cada decisão estética e textual, respeitando símbolos, vestimentas e modos de expressão locais.

A transparência sobre o uso do material é igualmente essencial: os participantes devem compreender como, onde e com que finalidade as fotonovelas serão divulgadas. Essa clareza reforça a confiança e previne eventuais conflitos relacionados à exposição pública. Além disso, o processo deve ser conduzido de forma reflexiva e crítica, permitindo que a criação artística sirva de espaço de aprendizagem, debate e proposição de soluções coletivas para os problemas retratados.

Quando bem conduzido, o processo de produção das fotonovelas não se limita a gerar um produto comunicacional, mas promove aprendizagem social, coesão comunitária e transformação simbólica. Assim como no sociodrama, recomenda-se que o facilitador adote postura de coaprendiz, incentivando a expressão e a escuta ativa, em vez de assumir um papel técnico ou diretivo.

Apesar de seu grande potencial pedagógico e participativo, a metodologia apresenta algumas limitações práticas e estruturais que precisam ser consideradas durante o planejamento.

A produção de fotonovelas requer tempo, recursos técnicos e humanos significativos — especialmente para as etapas de planejamento, registro e edição. Em contextos com restrições orçamentárias ou de infraestrutura, pode ser necessário simplificar o formato ou priorizar versões digitais de baixo custo.

Há também o risco de exposição indesejada: a divulgação pública das imagens pode gerar críticas, constrangimentos ou estigmatização. Por isso, é imprescindível adotar protocolos de proteção da identidade e assegurar que os participantes tenham poder de decisão sobre o uso final do material.

Outro desafio comum são as assimetrias de poder durante o processo criativo. Caso a facilitação não seja conduzida de forma atenta, determinados participantes podem monopolizar decisões narrativas, comprometendo a pluralidade de perspectivas. Por fim, a metodologia depende de habilidades técnicas específicas, especialmente na edição e diagramação, o que pode demandar apoio externo ou ações formativas voltadas à capacitação local (Castleden, Gavin & Golubovic, 2015).



3.7.2. Estudo de Caso

As fotonovelas são um instrumento educacional muito importante para passar uma mensagem e/ou um conhecimento para grupos populacionais com níveis educacionais mais baixos. Nesse sentido, Unger et al. (2012) conduziram um estudo para avaliar o impacto do uso de fotonovelas, entre membros de uma comunidade hispano-americana de Los Angeles, no aumento da conscientização sobre a depressão para que fosse possível diminuir o estigma em relação a essa doença, além de promover as ferramentas para que os integrantes pudessem identificar sinais de depressão e procurar tratamento. A estratégia de conscientização contou com uma combinação de fotonovelas, que traziam elementos da cultura hispano-americana, e panfletos curtos e com linguagem acessível para pessoas com baixos níveis educacionais (Unger et al. 2012).

O estudo foi realizado por meio de um ensaio clínico randomizado com a participação de 157 adultos hispano-americanos frequentadores de escolas comunitárias em Los Angeles. Esses participantes foram divididos aleatoriamente em dois grupos: um grupo leu a fotonovela sobre depressão (“Secret Feelings”) e o outro recebeu um folheto de texto simples de baixa dificuldade de leitura sobre depressão (Unger et al., 2012).

Os instrumentos usados para entender como esses materiais de comunicação incidiam sobre os participantes do estudo foram surveys de conhecimento da depressão, estigma, autoeficácia para reconhecer depressão, intenção de buscar tratamento. Ademais, avaliou-se se o material era compartilhado com familiares ou amigos (Unger et al., 2012).

O estudo concluiu que tanto a fotonovela quanto o panfleto aumentaram o conhecimento sobre depressão e a autoeficácia para identificá-la, reduzindo estigmas ligados à saúde mental entre membros da comunidade hispano-americana de Los Angeles, graças à sua adequação cultural e linguística (Unger et al., 2012, p. 1). Os autores recomendam o uso de materiais culturalmente adaptados para diminuir disparidades em saúde mental e estimular a busca por ajuda. Apesar da amostragem específica, o estudo indica que essa abordagem é eficaz em grupos marginalizados, pois favorece comunicação direta, clara e culturalmente sensível.

4. GESTÃO E GOVERNANÇA DA AVALIAÇÃO

A governança da avaliação participativa compreende o conjunto de estruturas, normas e práticas que asseguram a transparência, a legitimidade e a corresponsabilidade ao longo de todo o ciclo de avaliação. Inspirada no MIDEPLAN (2019), essa abordagem entende a participação como princípio de gestão democrática, articulando as dimensões planejar, fazer e usar.

Em contextos de políticas públicas, a governança avaliativa busca equilibrar autoridade técnica e voz social, garantindo que decisões sobre escopo, métodos e uso dos resultados sejam co-construídas entre gestores, avaliadores e beneficiários.

A implementação da avaliação requer mecanismos claros de coordenação e tomada de decisão. Recomenda-se a constituição de instâncias de governança como:

Comitê de Avaliação ou Grupo Gestor, responsável pelo acompanhamento técnico e metodológico;

Equipe de Facilitação Participativa, responsável por garantir a inclusão, comunicação e metodologias adequadas;

Unidade de Coordenação Institucional, que assegura o alinhamento com os objetivos estratégicos e a prestação de contas.

Para assegurar coerência e integridade no processo avaliativo, recomenda-se observar os seguintes princípios de gestão:

Transparência: comunicação clara de objetivos, critérios e decisões;

Equidade: representação equilibrada entre instituições, técnicos e comunidades;

Accountability: prestação de contas contínua e devolutiva pública dos resultados;

Aprendizagem organizacional: uso das lições da avaliação para fortalecer capacidades institucionais;

Ética e segurança: protocolos de confidencialidade e “não causar dano” (do no harm).

A seguir, um modelo “TERMO DE REFERÊNCIA – AVALIAÇÃO PARTICIPATIVA”, adaptado e baseado nas orientações de MIDEPLAN (2019), Guijt (2014), Aubel (2000) e IASC (2011):

Contexto e Justificativa - Descreve o programa, projeto ou política a ser avaliado, ressaltando relevância social, contexto institucional e necessidade da avaliação.

Objetivos da Avaliação – Por exemplo: Avaliar a pertinência, eficácia e sustentabilidade da intervenção; promover aprendizagem institucional e empoderamento dos atores locais; produzir evidências que subsidiem a tomada de decisão e o aprimoramento da política.

Escopo e Perguntas Avaliativas - Definir temas, dimensões e questões orientadoras.

Metodologia Participativa – Quais abordagem serão utilizadas? Ex. mista (qualitativa e quantitativa); Que técnicas e ferramentas serão utilizadas (Oficinas, entrevistas, grupos focais e análise documental, mapas, fotonovelas, sociodramas, painéis visuais etc.); qual o plano de engajamento dos atores?

Governança e Papéis - Por exemplo:

ATOR	FUNÇÃO
Comitê Gestor	A participação é utilizada para obter informação, melhorar resultados. Neste caso busca-se a colaboração da sociedade civil que tenham relação ou sejam afetados pelo programa ou política, com a finalidade de obter informação.
Equipe de Facilitação	Planeja oficinas e garante acessibilidade.
Atores Locais	Contribuem com dados e validação.
Instituição Avaliada	Disponibiliza informações e apoia logística.

Cronograma e Produtos Esperados - Por exemplo:

FASE	PRODUTO	PRAZO
Planejamento	Plano de Trabalho e Matriz Lógica.	30 dias
Execução	Relatórios parciais e oficinas de validação.	60 dias
Conclusão	Relatório final, devolutiva pública, plano de uso.	90 dias

Considerações Éticas - Consentimento informado e confidencialidade; não causar dano (do no harm); Inclusão e acessibilidade.

Uso e Disseminação dos Resultados - Definir como o relatório e as recomendações serão socializados e usados na gestão.

O Termo de Referência (TdR) é um instrumento essencial de gestão e governança da avaliação. Quando elaborado de forma participativa, transforma o processo avaliativo em um espaço de negociação, aprendizado e corresponsabilidade. Assim, o TdR deixa de ser apenas um documento técnico e passa a ser uma ferramenta de governança democrática e transparência pública.

5. REFERÊNCIAS

ACSELRAD, Henri (organizador); Aurélio Vianna Jr ... [et al.]. **Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate** – Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, 2010.

AUBEL, Judi. **Manual Evaluación Participativa del Programa:** involucrando a los participantes del programa en el proceso de evaluación. CRS, 2000 Disponível em: <https://evalparticipativa.net/wp-content/uploads/2019/05/11.-manual-de-evaluac3b3n-participativa-del-programa.pdf> Acesso em 15/10/2025.

BANCO MUNDIAL. **The World Bank Participation Sourcebook.** 1996. Disponível em: <https://documents1.worldbank.org/curated/en/289471468741587739/pdf/multi-page.pdf>.

BETTEREVALUATION. **Concept Mapping.** Disponível em: <https://www.betterevaluation.org/methods-approaches/methods/concept-mapping>. Acesso em: 16 set. 2025a.

BETTEREVALUATION. **Empowerment evaluation.** 2021. Disponível em: <https://www.betterevaluation.org/methods-approaches/approaches/empowerment-evaluation>. Acesso em: 23 jul. 2025c.

BETTEREVALUATION. **Participatory Evaluation.** Disponível em: <https://www.betterevaluation.org/methods-approaches/approaches/participatory-evaluation>. Acesso em: 16 set. 2025b.

BONFÁ NETO, Dorival; SANTOS, Jully Kalyanny Silva. **A cartografia social participativa desvelando territorialidades pesqueiras em Maxaranguape (Rio Grande do Norte, Brasil).** GEOUSP – Espaço e Tempo (Online), São Paulo, v. 28, n. 2, e221533, 2024.

CAÑAS, Alberto J.; NOVAK, Joseph D.. **Concept Mapping Using CmapTools to Enhance Meaningful Learning.** Advanced Information And Knowledge Processing, [S.L.], p. 23-45, 2014. Springer London. http://dx.doi.org/10.1007/978-1-4471-6470-8_2.

CASTLEDEN, Heather et al. **Modifying Photovoice for community-based participatory Indigenous research.** Social science & medicine, v. 66, n. 6, p. 1393-1405, 2008.

CHAMBERS, Robert. **The origins and practice of participatory rural appraisal.** World development, v. 22, n. 7, p. 953-969, 1994.

CHAMBERS, Robert. **Who Counts? The Quiet Revolution of Participation and Numbers**. Brighton: Institute of Development Studies, Working Paper 296, dez. 2007. Disponível em: <https://www.ids.ac.uk/files/Wp296.pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

CHINMAN, Michael; IMM, Patricia; WANDERSMAN, Abraham. **Getting To Outcomes 2004: Promoting accountability through methods and tools for planning, implementation, and evaluation (TR-TR101)**. Santa Monica, CA: RAND, 2004.

CRAWFORD, Paul; BRYCE, Paul. **Project monitoring and evaluation: a method for enhancing the efficiency and effectiveness of aid project implementation**. International Journal Of Project Management, [S.L.], v. 21, n. 5, p. 363-373, jul. 2003. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/s0263-7863\(02\)00060-1](http://dx.doi.org/10.1016/s0263-7863(02)00060-1).

DIXON, Jane K.. Media Review: kane, m., & trochim, w. m. k. (2007). **Concept mapping for planning and evaluation**. thousand oaks, ca. Journal Of Mixed Methods Research, [S.L.], v. 3, n. 1, p. 87-89, jan. 2009. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/1558689808326121>.

ESTRELLA, Marisol; GAVENTA, John. **Who Counts Reality? Participatory Monitoring and Evaluation: A Literature Review**. Brighton: Institute of Development Studies, 1998. Disponível em: <https://www.ircwash.org/sites/default/files/Estrella-1998-Who.pdf>. Acesso em: 16 set. 2025.

FETTERMAN, David M.. **Empowerment Evaluation**. Evaluation Practice, [S.L.], v. 15, n. 1, p. 1-15, fev. 1994. SAGE Publications. <http://dx.doi.org/10.1177/109821409401500101>.

FETTERMAN, D. M. **Empowerment evaluation: building communities of practice and a culture of learning**. American Journal of Community Psychology, v. 28, n. 2, p. 179-199, 2001.

FETTERMAN, D. M. (2015). **Empowerment evaluation: Theories, principles, concepts, and steps**. In D. M. Fetterman, S. Kaftarian, & A. Wandersman (Eds.), Empowerment evaluation: Knowledge and tools for self-assessment, evaluation capacity building, and accountability (2nd ed.). Thousand Oaks, CA: Sage.

FETTERMAN, David M.; WANDERSMAN, Abraham (eds.). **Empowerment evaluation: Principles in practice**. New York: Guilford Press, 2005.

FOOD SECURITY AND LIVELIHOODS CLUSTER (FSLC). FSLC Strategy 2024-2026. Outubro 2024. Disponível em: https://fscluster.org/sites/default/files/FSLC_Strategy%202024-2026_October%202024.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

GUJIT, Irene. Participatory Approaches. Methodological Briefs, Impact evaluation nº5. UNICEF, 2014. Disponível em: <https://evalparticipativa.net/wp-content/uploads/2019/05/15.-participatory-approaches.pdf>

HARLEY, J. B. (1989). **Deconstructing the Map**. In *The New Nature of Maps: Essays in the History of Cartography* (ed. Denis Cosgrove & S. Daniels). Baltimore: Johns Hopkins University Press.

HIDALGO, LeighAnna. **Augmented fotonovelas**: Creating new media as pedagogical and social justice tools. *Qualitative Inquiry*, v. 21, n. 3, p. 300-314, 2015.

HOOD, Christopher; MARGETTS, Helen. **Tools of government in the digital age**. 2. ed. London: Palgrave Macmillan, 2016.

HOUSTON, K., SHANNONHOUSE, L., KELLEHER, K., LEBLANC, E., DAILEY, A., FULLEN, M. C., & SPAFFORD, S. (2025). 'My life is not over': an evaluation of a standardized and manualized eight week warm calling phone intervention for community dwelling older adults. *Aging & Mental Health*, 1-10. <https://doi.org/10.1080/13607863.2025.2515181>.

INFORMING CHANGE. **Cultivating an ethical mindset in research & evaluation**: a guidebook for data ethics. Berkeley: Informing Change; BetterEvaluation, 2022. Disponível em: <https://informingchange.com/wp-content/uploads/2022/11/FINAL-data-ethics-guidebook.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

KAMBLE, Swapnil M. **Participatory Rural Appraisal**: A Tool for Inclusive Growth and Participatory Development — A Case Study of Village Marale, MS, India. *International Research Journal of Social Sciences*, v. 3, n. 3, p. 48-50, mar. 2014. Disponível em: <https://www.isca.in/IJSS/Archive/v3/i3/10.ISCA-IRJSS-2014-01.php>. Acesso em: 16 out. 2025.

KRAFT, Michael E.; FURLONG, Scott R. **Public policy**: politics, analysis, and alternatives. 5. ed. Thousand Oaks: CQ Press, 2017.

KUSTERS, C.S.L. et al. **Making evaluations matter**: A practical guide for evaluators. Wageningen: Centre for Development Innovation, Wageningen University & Research Centre, 2011.

KVAM, Reidar et al. **Consulta significativa com as partes interessadas**. Washington, D.C.: Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2017. (Monografia do BID; 545). Disponível em: <https://publications.iadb.org/publications/portuguese/document/Consulta-significativa-com-as-partes-interessadas.pdf>. Acesso em: 23 jul. 2025.

LAPIERRE, Laurent M. et al. **Recommended practices for academics to initiate and manage research partnerships with organizations**. *Industrial and Organizational Psychology*, v. 11, n. 4, p. 543-581, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1017/iop.2018.83>. Acesso em: 14 jul. 2025.

LIMA, L., SOUZA, A. P. (2025) *Guia Clear monitoramento e avaliação de políticas públicas: do diagnóstico à decisão*. São Paulo, FGV CLEAR.

MCMASTER HEALTH FORUM. **Formuladores de políticas governamentais e o contexto para o uso de evidências.** Hamilton, Ontário: McMaster Health Forum, 2022 (aproximadamente). Disponível em: https://www.mcmasterforum.org/docs/default-source/evidence-commission/sections---portuguese/3.3-decision-maker-policymakers-pt.pdf?sfvrsn=baefc7b1_5. Acesso em: 23 jul. 2025.

MENÉNDEZ, S., Torralbo, M. y Luque S. (2021). **Guía práctica para la planificación y evaluación participativas de las políticas públicas.** La participación transversal. Sevilla, Instituto Andaluz de Administración Pública. Disponible en: <http://www.juntadeandalucia.es/institutodeadministracionpublica/institutodeadministracionpublica/publico/documentacion.epp>.

MINISTERIO DE PLANIFICACIÓN NACIONAL Y POLÍTICA ECONÓMICA - MIDEPLAN. **Guía de evaluación con participación.** San José: MIDEPLAN, 2019.

MWALE, Patience Mgoli; MSISKA, Thumbiko; CHINKHOTA, Kriss; MUNTHALI, Tapiwa; WAKO, Etobssie; RODRIGUEZ, Mariela; LATERA, Anne; SHATO, Thembekile; SEBERT KUHLMANN, Anne. **From effectiveness to sustainability:** understanding the impact of CARE's Community Score Card© social accountability approach in Ntcheu, Malawi. Health Policy and Planning, v. 36, supl. 1, p. i59-i68, 2021. DOI:10.1093/heapol/czab093.

NATIONAL INSTITUTE OF RURAL DEVELOPMENT AND PANCHAYATI RAJ (NIRDPR). **Participatory Rural Appraisal Applications.** Hyderabad: NIRDPR, 2020. Disponível em: https://nirdpr.org.in/nird_docs/sb/sb080720.pdf. Acesso em: 16 out. 2025.

NOVAK, Joseph D. Learning, **Creating, and Using Knowledge:** Concept Maps as Facilitative Tools in Schools and Corporations. Mahwah, NJ: Lawrence Erlbaum Associates, 1990.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO/DAC - OCDE/DAC. **Better criteria for better evaluation:** Revised evaluation criteria definitions and principles for use. OECD/DAC, [s.d]. Disponível em: <https://www.oecd.org/dac/evaluation/revised-evaluation-criteria-dec-2019.pdf>. Acesso em: 9 jul. 2024.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, **Glossary of Key Terms in Evaluation and Results-Based Management for Sustainable Development (Second Edition)**, OECD Publishing, Paris, 2023. <https://doi.org/10.1787/632da462-en-fr-es>.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. Development Assistance Committee Members and Civil Society. Paris: OECD Publishing, 2020. Disponível em: https://www.oecd.org/en/publications/development-assistance-committee-members-and-civil-society_51eb6df1-en.html. Acesso em: 23 jul. 2025.

ORGANIZAÇÃO PARA A COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO - OCDE. **Public Policy Evaluation: Implementation Toolkit**. Paris: OECD, 2025. Disponível em: https://www.oecd.org/content/dam/oecd/en/publications/reports/2025/02/implementation-toolkit-for-the-oecd-recommendation-on-public-policy-evaluation_f24516be/77faa4fe-en.pdf. Acesso em: 23 jul. 2025.

OPERATIONS EVALUATION DEPARTMENT. **Monitoring and Evaluation: Some Tools, Methods, and Approaches**. Washington, D.C.: Banco Mundial, 2004. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10986/23975>. Acesso em: 9 jul. 2024.

OFIR, Zenda. **Southern perspectives on evaluation**. In: CHOUINARD, Jill Anne (ed.). *Routledge Handbook of Evidence-Informed Practice in Social Work*. London: Routledge, 2021.

PAL, Leslie A. **Public policy: an introduction to the theory and practice of policy analysis**. 6. ed. North York: Nelson, 2019.

PASOLAC. **La evaluación por productores de EPP: un guía para la evaluación del efecto y impacto del desarrollo tecnológico**. 2001. Disponível em: <https://evalparticipativa.net/wp-content/uploads/2019/05/07.-evaluacic3b3n-participativa-por-productores.pdf>.

PATTON, Michael Quinn. **Qualitative Research and Evaluation Methods**. 4. ed. Thousand Oaks: SAGE, 2015.

PHILLIPS G 2nd, Lindeman P, Adames CN, Bettin E, Bayston C, Stonehouse P, Kern D, Johnson AK, Brown CH, Greene GJ. **Empowerment Evaluation: A Case Study of Citywide Implementation within an HIV Prevention Context**. *Am J Eval*. 2019 Sep;40(3):318-334. doi: 10.1177/1098214018796991.

ROBINSON, Lisa J.; BUTLER, Hannah V.; HACKETT, Kate L. **Identifying and prioritising the key components of a Quality Improvement Network for allied health professionals and psychological therapists: a group concept mapping project**. *BMJ Open Quality*, v. 12, n. 1, e002039, 2023. Disponível em: <https://pubmed.ncbi.nlm.nih.gov/36717182/>. Acesso em: 16 out. 2025.

RHODES, R. A. W.; MARSH, David. **Policy Networks in British Politics**. Abingdon: Routledge, 2016.

ROCHA DE SIQUEIRA, Isabel; Oliveira, Renan G. C. de O.; CALIANO, Raíssa. **Em busca da participação na Agenda 2030**. Coleção "Policy Brief ". Rio de Janeiro. Editora BRICS Policy Center, 2025. Maio, 2025. V.15, N.3. ISSN: 2318-1818.

RODRÍGUEZ BILELLA, Pablo; TAPELLA, Esteban (coord.). **Evaluación, democracia y transformación: experiencias de evaluación participativa en América Latina**. 1. ed. San Juan: Universidad Nacional de San Juan: Vientosur, 2024. Livro digital. Disponível em: omp.unsj.edu.ar. Acesso em: 15 jul. 2024.

SECCHI, Leonardo. **Política pública: conceitos, esquemas de análise, casos práticos**. 2. ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014.

STRECK, Danilo Romeu. **Metodologias participativas de pesquisa e educação popular: reflexões sobre critérios de qualidade**. Comunicação, Saúde & Educação, São Leopoldo, v.20, n.58, p.537-547, 2016. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1807-57622015.0443> Acesso em: 23 jul. 2025.

SIEMBRA Y COSECHA. **Manual de evaluación participativa** / Esteban Tapella; Pablo Rodríguez Bilella; Juan Carlos Sanz; Jorge Chavez-Tafur; Julia Espinosa Fajardo. - 1ª ed. - Bonn, Alemanha: DEval, 2021.

TOMAZ, Yasminni Parra. **Cartografia participativa aplicada ao desenho ambiental**. Revista LABVERDE, v. 10, n. 1, 2020.

TROCHIM, William M.K.. **An introduction to concept mapping for planning and evaluation**. Evaluation And Program Planning, [S.L.], v. 12, n. 1, p. 1-16, jan. 1989. Elsevier BV. [http://dx.doi.org/10.1016/0149-7189\(89\)90016-5](http://dx.doi.org/10.1016/0149-7189(89)90016-5).

UNGER, Jennifer B.; CABASSA, Leopoldo J.; MOLINA, Gregory B.; CONTRERAS, Sandra; BARON, Melvin. **Evaluation of a Fotonovela to Increase Depression Knowledge and Reduce Stigma Among Hispanic Adults**. Journal of Immigrant and Minority Health, v. 15, n. 2, p. 398-406, 2013. DOI: 10.1007/s10903-012-9623-5.

UNITED NATIONS EVALUATION GROUP - UNEG. **Norms and standards for evaluation**. 2016. Disponível em: <https://www.unevaluation.org/document/detail/1914>. Acesso em: 9 jul. 2024.

WANDERSMAN, Abraham; SNELL-JOHNS, Jennifer; LENTZ, Brian; FETTERMAN, David M.; KEENER, D.; LIVET, M. et al. **The principles of empowerment evaluation**. In: FETTERMAN, David M.; WANDERSMAN, Abraham (eds.). Empowerment evaluation: Principles in practice. New York: Guilford Press, 2005. p. 27-41.

WANDERSMAN, Abraham; SNELL-JOHNS, Jennifer. **Empowerment evaluation: Clarity, dialogue and growth**. American Journal of Evaluation, v. 26, n. 3, p. 421-428, 2005.



PRIME

Participatory and Intersectional
Monitoring and Evaluation Hub



BRICS
Policy Center
Centro de Estudos
e Pesquisas BRICS

bricspolicycenter.org

